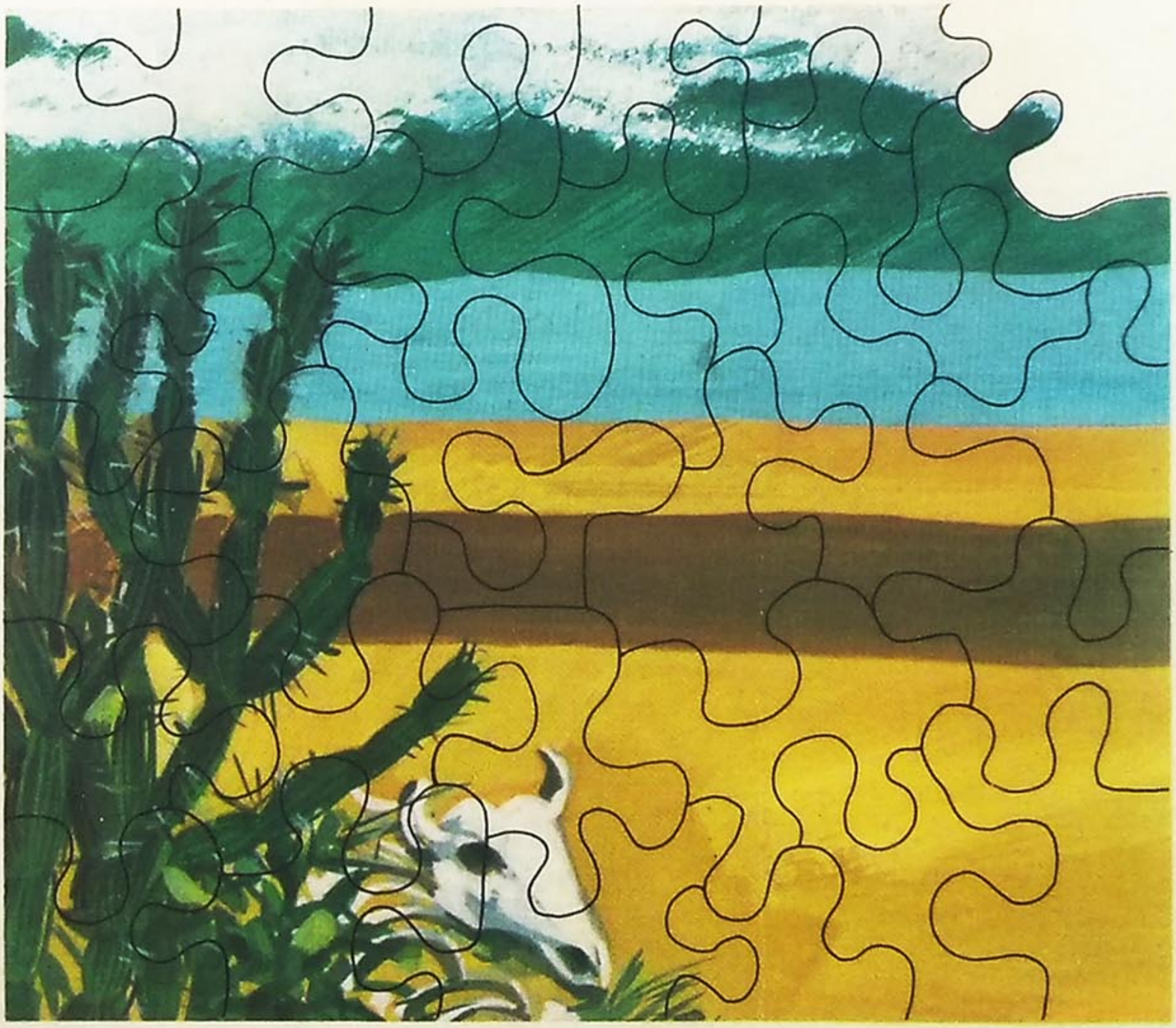
O cangaço

Carlos Alberto Dória

tudo é história

6



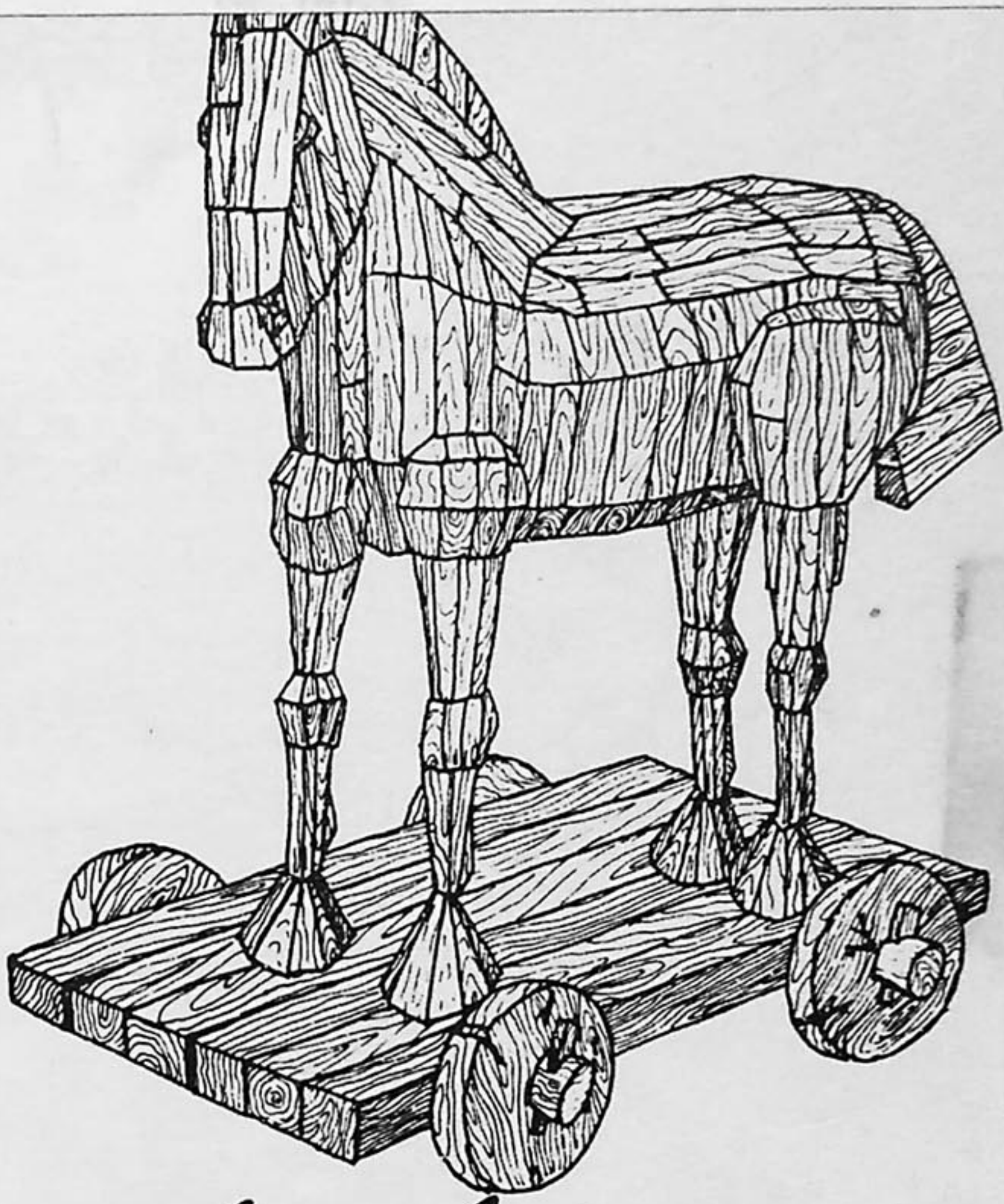
brasiliense

3.ª edição

Cangaço - vol. 6 - Coleção Tudo é Histór

L00027767

TUDO É HISTÓRIA - Dória, Carlos Alberto



tudo é história

6

Carlos Alberto Dória

O CANGAÇO

1ª edição 1981
3ª edição

BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL
Pe. ARLINDO MARCON
Reg. Nº 27.767
Carlos Barbosa, 11 / 03 / 2014

brasiliense
1982
centenário de monteiro lobato

Copyright © Carlos Alberto Dória

Capa:
123 (antigo 27)
Artistas Gráficos

Caricatura:
Emílio Damiani

Revisão:
José Andrade

editora brasiliense s.a.
01223 — r. general jardim, 160
são paulo — brasil

ÍNDICE

Introdução 7
O que é o "Banditismo Social"? 10
O nordeste e o ciclo do cangaço: 1870-1940 17
A vida no cangaço e o cangaço como modo de vida 81
O fim do cangaço e sua sobrevivência através da arte 91
Indicações para leitura 98

Para Eleonora e Graciliano.

Para *Balão*, *Criança*, *Dadá* e *Zé Sereno* que tiveram paciência de nos ensinar muitas coisas sobre o cangaço, mesmo reabrindo feridas na própria carne.

INTRODUÇÃO

Este livro pretende explicar o que foi o fenômeno do *cangaço*, uma forma de banditismo ocorrida no Nordeste brasileiro entre 1870 e 1940, data em que morreu Corisco, o último cangaceiro. Neste sentido é um relato de um episódio da luta de nosso povo.

Mais do que um relato, porém, se pretende explicar por que esta forma de banditismo surge numa determinada época, durando cerca de 70 anos, e por que desaparece. Veremos também que não se trata de um fenômeno especificamente brasileiro. Outros países — como a Inglaterra, a Itália e a Espanha — também conheceram surtos de banditismo, o que sugere uma certa *universalidade* que só se explica pela semelhança entre as sociedades em que floresceram.

O primeiro capítulo procura justamente compreender esta universalidade, explicar as características das sociedades em que Robin Hood, Billy the

Kid, Lampião e tantos outros bandidos famosos nasceram e viveram; como o homem comum os via, o que esperava deles e por que acabou transformando-os em heróis legendários.

Os capítulos seguintes tratam do cançago propriamente dito. Ou seja, procuram explicar como ele surgiu e evoluiu, qual a história dos principais bandos de cangaceiros, como era a vida no cangaço, por que a partir de certa época as mulheres passaram a integrar os bandos e, finalmente, como e por que esta forma de banditismo desapareceu.

No capítulo final, o propósito é o de fazer um levantamento de como as artes — a literatura popular, a literatura erudita e o cinema — se apropriaram da temática do cangaço, mantendo sua história viva ainda hoje na memória popular. Como a arte não tem compromisso com a verdade histórica, ela reinterpreta o cangaço transformando-o num outro conjunto de significados que nada tem de saudosista e, pelo contrário, *atualiza* o tema de modo a torná-lo um dos elementos da moderna cultura nacional.

É quando vemos um filme de Glauber Rocha, ou quando encontramos, exposto numa banca de jornal, um folheto de cordel intitulado *A Peleja de Roberto Carlos com Lampião* que nos damos conta de que o cangaço não é uma coisa apenas do passado.

Os fantasmas de Lampião, de Corisco, de Antônio Silvino, etc., de alguma forma ainda se encontram entre nós, apesar de o último cangaceiro ter morrido há mais de 40 anos. Robin Hood, que viveu

na Inglaterra do século XVII, também povoou nossas infâncias através de incríveis aventuras. Ou seja, assim como o camponês europeu do século XVII ou o *cabra* nordestino do começo deste século, nós continuamos a ver naqueles bandidos históricos qualidades excepcionais que os credenciam a se perpetuarem no tempo.

Portanto, o objetivo central deste livro é ajudar a compreender por que um certo tipo de banditismo, historicamente localizado, sobrevive à repressão policial e se perpetua na cultura dos povos como elemento de sua mitologia heróica.

O QUE É O "BANDITISMO SOCIAL"?

Diariamente, quando abrimos o jornal, ficamos escandalizados com a onda de criminalidade que toma conta da sociedade, em especial dos grandes centros urbanos. As pessoas que não compreendem a origem social desta criminalidade anônima, ao mesmo tempo em que se horrorizam com os requintes de crueldade e violência associados aos furtos mais insignificantes, sentem-se vítimas potenciais e clamam por mais policiamento e mais verbas para a "segurança", na vã esperança de assim poderem viver com tranqüilidade. Os mais radicais chegam, inclusive, a pregar abertamente a adoção da pena de morte.

No entanto, nem sempre foi assim. Houve um tempo em que a maioria das pessoas torcia pelos bandidos em luta constante com a polícia. Um tempo em que parcela significàtiva da sociedade não contrapunha ao crime a necessidade de mais repressão, embora este pudesse ser o ponto de vista dos gover-

nantes.

A própria noção de "fora-de-lei" a que estamos habituados, e na qual classificamos os criminosos em geral, é uma noção relativa. Para a lei, isto é, aos olhos do Estado, qualquer um que roube ou mate, que use de qualquer forma de violência, individualmente ou em grupo, para se apropriar de bens alheios para qualquer fim — para uso próprio, para distribuir entre os seus ou para sustentar uma atividade guerrilheira — é considerado um *bandido*. O Estado manipula, portanto, esta noção vaga e ampla de bandido para estigmatizar um grupo de pessoas como inimigas da sociedade e persegui-las implacavelmente. Mas o "fora-da-lei" de que nos ocupamos aqui, o *bandido social*, embora possa cair nesta categoria geral de inimigo do Estado, distingue-se do "criminoso comum" justamente pela maneira como é visto pela sociedade a que pertence.

O *bandido social* é, em geral, membro de uma sociedade rural e, por razões várias, encarado como proscrito ou criminoso pelo Estado e pelos grandes proprietários. Apesar disso, continua a fazer parte da sociedade camponesa de que é originário e é considerado como herói por sua gente, seja ele um "justiceiro", um "vingador" ou alguém que "rouba aos ricos". Quer dizer, na prática os membros da sociedade não reconhecem no Estado e na classe dominante a legitimidade para dizer quem está ou não agindo segundo a "lei" e os costumes reconhecidos pelo povo simples.

Este tipo de bandido nada tem a ver com o

"bandido comum", isto é, com aquele tipo de criminoso que a própria comunidade se esforça por entregar à polícia. Pelo contrário, é um camponês comum que por algum motivo "caiu em desgraça" perante os poderosos locais, ou um rebelde, e que por isso mesmo merece ser admirado, ajudado e protegido na luta contra seus inimigos. Este tipo de *banditismo social* é um dos fenômenos mais universais da História. Existiu na China, no Peru, na Sicília, no Nordeste brasileiro, na Ucrânia, na Espanha, na Indonésia, etc. Do ponto de vista organizacional, as sociedades onde ele surge possuem alguns traços comuns: são sociedades rurais que vivem a transição entre a organização tribal ou de clã (onde o principal laço de solidariedade social é a família extensa) e a moderna sociedade capitalista em fase de industrialização, quando o avanço do capitalismo no campo destrói a predominância dos laços de família.

Na medida em que a família extensa deixa de ser o núcleo organizador de uma sociedade, uma série de valores éticos e morais ficam igualmente ameaçados. No entanto, a transformação dos valores nem sempre acompanha, no mesmo ritmo, a transformação das relações materiais. Podemos encontrar sociedades onde as relações econômicas entre os homens já se encontram completamente monetarizadas, mas onde os valores relativos ao casamento ou à honra pessoal ainda correspondem a um universo moral de tipo patriarcal e tradicional.

Nesta sociedade, portanto, será perfeitamente compreensível se um camponês resolver pegar em

armas para "vingar a honra" de sua irmã, violentada pelo filho de um proprietário, ou se rebelar e defender os seus parentes que se recusam a pagar os impostos e tributos devidos às autoridades.

Lampião, quando castrava o filho de um coronel que havia deflorado uma moça, ou quando incendiava uma fazenda, era profundamente admirado pela coragem de pegar em armas e realizar "com as próprias mãos" a justiça que o Estado negava ao homem pobre do sertão nordestino. Se sua ação provocava horror e indignação era principalmente entre suas vítimas potenciais, isto é, entre a pequena parcela de opressores do povo.

Mas Lampião está longe de ser o "modelo" de bandido social, muito embora tenha sido o mais famoso cangaceiro. Um estudo aprofundado do banditismo permite identificar dois tipos principais de "fora-da-lei": o *ladrão nobre*, com o qual estamos familiarizados graças a figuras populares como Robin Hood, "que rouba aos ricos para dar aos pobres", e o *vingador*, ou *justiceiro*, que ao procurar reparar uma grave injustiça semeia o terror entre os opressores. Evidentemente os *bandidos reais*, como Lampião, conseguem reunir em sua trajetória de "crimes" traços tanto de um como de outro tipo.

Além dessas nuanças, se atentarmos para a história das sociedades rurais em crise verificaremos que o banditismo se manifesta nelas através de verdadeiros surtos. Embora possa ser um fenômeno endêmico, às vezes ele se torna epidêmico. Quer dizer, o banditismo existe de forma latente durante

um longo período, tornando-se mais agudo por ocasião de uma má colheita, uma seca prolongada ou uma catástrofe natural qualquer que perturbe o ritmo de produção de uma economia pobre. Os principais surtos de banditismo ocorreram na segunda metade do século XIX — período de franca expansão do capitalismo sobre o mundo rural, em especial graças à introdução das ferrovias em largas parcelas de território antes só alcançadas por tração animal. No Brasil, por exemplo, apesar de o surto do cangaço ter ocorrido em fins do século XIX e começo do XX, se conhece casos que remontam à primeira metade do século XVIII.

Não basta, porém, nos referirmos às "causas econômicas" do banditismo social para compreendermos o fenômeno. O fato de podermos datar os surtos de banditismo não obscurece a evidência de que todos os bandidos sociais possuem uma história pessoal mais ou menos comum, segundo o relato feito pelos camponeses, onde se fundem elementos de verdade factual com elementos de mitologia. Esta história, elaborada pela comunidade a que pertencem, nos dá conta de que alguém inicia sua carreira de bandido não pelo crime, mas como vítima de uma injustiça ou perseguição movida pelas autoridades, graças a algum ato que elas consideram criminoso, mas que é aceito pelo costume local. Em segundo lugar, o nosso bandido tem como meta, através de sua carreira, reparar um erro ou uma injustiça e nessa trajetória ele nunca mata "a não ser em legítima defesa ou vingança justa". Por isso é admirado,

ajudado e mantido pelo povo. Apesar de "fora-da-lei", seus inimigos não conseguirão liquidá-lo por que ele é invulnerável, tem "o corpo fechado". Quando cumpre sua missão, e se consegue sobreviver, retorna para a sua gente como cidadão honrado e membro da comunidade. Quando morre antes de cumprir sua missão é porque, sem dúvida, foi traído — já que ninguém entre os seus auxiliaria a polícia para prejudicá-lo. Finalmente, ele nunca é inimigo dos poderosos em geral — não combate a classe dominante, mas apenas as autoridades e os opressores locais, responsáveis diretos pelas injustiças e perseguições.

É evidente que o bandido, mesmo quando consegue realizar sua "missão", dificilmente encontra condições de voltar a uma vida normal. É praticamente condenado a prosseguir "fora-da-lei" pela perseguição implacável que lhe movem as autoridades. Desta forma o banditismo se torna, em certas ocasiões, um verdadeiro *modo de vida*, que pode, inclusive, sofrer modificações significativas. Não raro esta forma de marginalidade social acaba por desembocar em convulsões sociais maiores, como uma revolução, a que o bandido se vincula em defesa da causa do seu povo. Isto ocorreu, por exemplo, durante a Revolução Mexicana. Neste sentido, o banditismo simboliza muitas vezes a liberdade numa sociedade em que poucos são efetivamente livres.

Mas, via de regra, não se pode dizer que o bandido social lute pela revolução. Ele é basicamente um homem que procura "se fazer respeitar" a qualquer

preço. Por isso é admirado. Ao procurar se impor à custa da coragem e outros atributos pessoais, ele, na verdade, pode se tornar ponta-de-lança de uma ordem social em desagregação, que resiste contra influências do mundo externo e moderno. Neste sentido é um elemento da "reação" e não do "progresso", pelo menos tal e qual o progresso é visto pela moderna sociedade urbana industrializada. Mesmo assim é inegável que existe algo de *revolucionário* em lutar pela preservação daquilo sem o que a vida das pessoas perde o sentido, tornando a existência insuportável. Como dizia um seguidor de Lampião: "enquanto existisse Lampião a gente tinha aquela fé viva, parece que ninguém morria..."

O NORDESTE E O CICLO DO CANGAÇO: 1870-1940

O surgimento do banditismo social no Nordeste brasileiro no último quartel do século XIX está intimamente ligado não só à crise por que atravessava a sociedade nordestina naquele período, como também às características da própria colonização da região. Como se sabe, esta se deu basicamente em função das necessidades mercantis da economia metropolitana portuguesa. Até princípios do século XVIII a monocultura do açúcar, produzida por mão-de-obra escrava e voltada totalmente para a exportação, deu a tônica de todo o organismo social. Tal economia se concentrava na região costeira e as principais relações comerciais se desenvolviam em torno de cidades como Salvador e Recife. No entanto, o próprio crescimento da economia açucareira, assim como o surto passageiro da mineração, impuseram a necessidade de, progressivamente, se irem ocupando novas terras

mais distantes com um tipo de economia complementar às atividades principais — monocultura do açúcar e mineração —, mas igualmente fundamental para o sucesso do empreendimento colonial: a economia de subsistência. Assim, o *sertão* foi sendo pouco a pouco conquistado aos índios na medida em que se tornava economicamente rentável produzir animais de tração, charque, couro e outros produtos para o mercado litorâneo ou das Minas. Embora já em princípios do século XVIII esta nova forma de colonização tenha atingido os limites do Ceará e Maranhão, a principal rota de internamento no sertão tendeu a acompanhar o curso do Rio São Francisco e seus principais afluentes. Neste espaço que foi sendo incorporado à economia colonial estabeleceu-se e consolidou-se um tipo *sui generis* de economia, que os historiadores denominam *civilização do couro*.

Diferentemente da economia açucareira, a ocupação do sertão não está apoiada sobre o trabalho escravo, mas sobre o trabalho do homem livre. Via de regra, assim se dava a conquista de uma nova área, permitindo a formação de uma fazenda ou de um povoado: conseguida a sesmaria, o sesmeiro passava a arregimentar terceiros com vistas a lograr a ocupação efetiva do solo. Homem em geral de poucas posses, reunia alguns poucos escravos, irmãos, cunhados, outros parentes e *agregados*,* todos procu-

(*) Pessoas que dependiam da família senhor, fossem moradores, parentes, negros libertos, etc.

rando "remediar a pobreza", na luta contra o indígena. Superada esta fase, a tarefa seguinte era "formar os cascos", isto é, acostumar o gado ao novo terreno, o que demandava grande contingente de pessoal. Feito isto, criava-se uma rotina onde o trabalho era entregue ao *vaqueiro* e seus ajudantes, os *fábricas*. O primeiro, homem de confiança do proprietário, era uma espécie de "sócio", já que lhe cabia a quarta parte dos bezerros nascidos, após cinco anos sem nada receber. Os *fábricas*, homens em geral assalariados e itinerantes, tinham direito apenas a um pedaço de terra para cultivar, além do pequeno salário. Por processo similar, ao lado da fazenda central iam-se formando as dos outros parentes, momento em que concorriam com grande ajuda o chefe da família e os fazendeiros já estabelecidos.

O relativo isolamento em que se achavam estes agrupamentos humanos favorecia uma série de práticas comunitárias, como mutirões e festas, além de favorecer o intercasamento entre famílias vizinhas e tornar quase que obrigatória a solidariedade entre elas, quando ameaçadas por grupos estranhos ou concorrentes. Apesar de ser uma sociedade estratificada em proprietários e não proprietários, sociólogos e historiadores chamam a atenção para a importância dos laços de solidariedade existentes entre dominadores e dominados. Ao lado dos laços criados pela consagüinidade, o *compadrio* tornou-se uma instituição igualmente sólida. Quase invariavelmente o vaqueiro era *compadre* do proprietário, o que criava

entre eles laços de afinidade e deveres de parte a parte, que praticamente encobriam e mascaravam as relações de classe. Segundo um cronista da época, os *compadres* do senhor se consideram membros da família deste, "comem e bebem à custa dele e apenas lhe prestam, em retribuição, pequenos favores". Desta forma, assim como os *fábricas* e *agregados* almejavam se tornar vaqueiros, os vaqueiros almejavam se tornar compadres do senhor e, com o tempo e um pouco de sorte, abrirem sua própria fazenda com o gado que acumulavam de *quarta*.

É evidente que uma sociedade desbravadora deste tipo, apesar das relações solidárias e igualitárias que presidiam o cotidiano das pessoas ligadas por laços de afinidade ou consangüinidade, estava longe de ser uma sociedade idílica. Ao contrário, as famílias extensas (ou *parentelas*) necessitavam constantemente mobilizar todos os recursos humanos e materiais de que dispunham em defesa do patrimônio, das fronteiras das propriedades, da honra e do direito de cada um de seus membros.

As fazendas não possuíam cercas, mas apenas fronteiras "naturais" bastante imprecisas; o gado, identificado apenas por uma marca a ferro, constantemente invadia terras estranhas, sendo necessário recuperá-lo, ou era simplesmente roubado pelos vizinhos e bandos de assaltantes. Além desses problemas típicos de uma zona de fronteiras, havia a disputa entre as *parentelas* pelos melhores pastos e fontes de água numa região constantemente assolada pelas secas. Não raro, também, a agressão ou perseguição

movida por um vizinho a um agregado ou parente do senhor obrigava-o, por razões morais, a mobilizar toda a parentela em defesa da honra do ofendido.

Outra fonte de conflitos, bastante comum, eram as questões de herança. Segundo a legislação da época, com a morte do proprietário o filho mais velho herdava todos os bens, o que muitas vezes deixava os outros na mais completa miséria. Comentando esta lei (denominada *morgado*), afirmava uma autoridade do sertão de Jacobina, na Bahia, em fins do século XVIII, onde em um ano haviam ocorrido 184 assassinatos: "aqui não se respeita a autoridade paterna, não se ouvem as vozes da natureza e do amor filial, os vínculos de sangue não ligam e os de amizade são desconhecidos; assim se vêem as mãos dos pais tintas no sangue dos filhos, as destes sacrilegamente armadas contra aqueles, os parentes assassinados mutuamente e pela mais leve dissensão entre os amigos nenhum deles omite os meios de traição e de vingança para sacrificar o outro à sua fúria, o decurso de meses e de anos não cura estas feridas e vê-se a cada passo homens que deixam de fazer as barbas até que façam correr o sangue de seus inimigos".

Ou seja, nesta sociedade pobre, baseada no trabalho livre mas de caráter apenas complementar em relação à atividade econômica principal — o açúcar —, as relações de solidariedade se impõem como uma necessidade da própria sobrevivência, dado o grau de dependência recíproca entre dominadores e dominados. Ao mesmo tempo, e pela mesma razão, é

Biblioteca Pública Municipal

também uma sociedade extremamente competitiva, que facilmente contrapõe parentelas inteiras na disputa por recursos escassos. A violência, portanto, está inscrita no cotidiano como a outra face da solidariedade e esta, por sua vez, se reforça na medida em que grupos extensos estão constantemente em luta, igualando proprietários e não proprietários em defesa do que consideram um patrimônio comum.

As lutas de família na sociedade sertaneja

Como vimos, a luta pela manutenção da ordem entre os domínios dos senhores constitui um dos traços definidores da sociedade sertaneja. Toda a sua história, aliás, está marcada por isso que os sociólogos chamam de *lutas de família*, *guerras de clãs* ou *vendetas*. Há regiões inteiras, como a do Vale do Cariri no Ceará, em fins do século XVIII, ou do Médio São Francisco, na Bahia, já no século XIX, que ficaram conflagradas durante mais de uma década em decorrência de lutas de família que acabavam mobilizando e envolvendo várias cidades e milhares de pessoas em verdadeiras guerras de facções.

Com a Independência, que significou a formação de um Estado nacional em território da antiga colônia, tais conflitos se agravaram ainda mais, uma vez que a formação da classe dirigente se daria atra-

vés da incorporação, em seus quadros, daquelas lideranças locais com comprovada capacidade de domínio e direção política. Durante um longo período os grandes proprietários sertanejos se digladiaram para conquistar o direito de figurarem como autoridade governamental em sua área de domínio, para serem os *coronéis* da Guarda Nacional. Conquistada esta posição estratégica no terreno da política, poderiam, então, garantir a eleição de deputados e senadores e influir nos rumos gerais da política regional e nacional.

Nestas lutas de família, a autoridade dos coronéis fundava-se, basicamente, na capacidade de fazer cumprir suas decisões e impô-las, ainda que pela força, às demais facções ou parentelas. Tratava-se, portanto, de um poder emanado da força militar, da capacidade de manter um certo número de homens em armas, mobilizados dentre a sua clientela.

Tais situações resultavam freqüentemente na formação de bandos armados, em especial quando o coronel que a liderava contava com as boas graças do governo e, por isso, conseguia mobilizar mais gente e gozar de impunidade perante o poder. A formação de milícias privadas era, nestas circunstâncias, o recurso de poder mais visível. Elas, além dos parentes, reuniam dois tipos de elementos. Em primeiro lugar, o *jagunço*, uma espécie de guarda-costas do senhor, que em geral era um trabalhador com antecedentes criminais, ou um pistoleiro profissional, que vivia sob a proteção do coronel em troca de serviços de natureza militar. Em segundo lugar, o *cabra* ou *can-*

gaceiro manso — um morador comum, que trabalhava na terra ou na lida com o gado, cujo contrato de trabalho implicava na defesa incondicional do senhor. Na verdade, a formação dessas milícias nos dão a dimensão exata das relações de dependência do homem livre e pobre em relação à sociedade patriarcal dominante: o compromisso do *jagunço* ou *cangaceiro manso* com a violência desencadeada pelo coronel, em contendas que visavam fins pessoais, tinha, como contrapartida, a certeza da impunidade e a proteção contra os inimigos e as autoridades públicas.

A própria expressão "cangaço" denota esta forma de existência que consiste em estar disponível para o senhor. Segundo os folcloristas, vem de "canga", nome dado ao armamento do indivíduo que andava de bacamarte passado sobre os ombros, tal qual um boi no jugo, sobrecarregado ainda de uma quantidade de outras armas. Cangaceiro, portanto, era a pessoa que andava "debaixo do cangaço" ou da "canga". Já em 1834 se registram descrições de cangaceiros: chapéu de couro, clavinotes, cartucheiras de pele de onça pintada, longas facas enterçadas batendo na coxa, praticamente a mesma indumentária de Lampião 100 anos mais tarde. A própria poesia popular não deixou de registrar este modo de existência avulsa que consistia em estar à disposição do senhor para as empreitadas violentas. Assim canta uma quadra recolhida na região do rio São Francisco:

"Meu fuzil é bom
Minha faca também é
Não nasci para semente
Tou às ordem, coroné".

Muito embora a capacidade para o exercício da violência tenha-se tornado um valor positivo na sociedade sertaneja, permitindo inclusive que através de atributos pessoais como coragem e valentia muitos homens miseráveis pudessem vir a privar de intimidade com os poderosos, o uso da violência obedecia aos rígidos limites de classe. De fato, o seu exercício era legítimo apenas nos conflitos entre iguais; entre os trabalhadores do eito, por um lado, ou nas lutas entre coronéis e sob controle dos próprios, por outro. Quando um morador cometia um ato de violência contra um membro da classe dominante, mesmo que contra um coronel inimigo de seu protetor, era implacavelmente punido, muitas vezes pagando sua ousadia com a própria vida.

Este controle da violência das classes subalternas era necessário, uma vez que os coronéis não entravam nas contendas como párias ou marginais. Pelo contrário, eram autênticos *condottieri* que, aos olhos da ordem social dominante, estavam em luta por interesses legítimos como sua propriedade, seu clã, sua honra pessoal ou seu prestígio político. Para tanto era necessário monopolizar o uso da violência, não permitindo que ela extravasasse os limites de classe, confundindo-se com as formas de violência correntes entre os humildes.

Desta forma, até pelo menos o último quartel do século XIX, a dinâmica política da sociedade sertaneja era impulsionada pela lógica das lutas entre parentelas. Fora dessas lutas, através das quais o uso da violência era sancionado, dificilmente se poderia imaginar a existência de um *grupo armado independente*. Existiam, é claro, sob a forma de bandos de assaltantes de estradas que intranqüilizavam os viajantes e eram sistematicamente perseguidos e dizimados pelas autoridades da Guarda Nacional.

Os "coutos" e os "valhacoutos"

Ao final do século XIX, porém, assiste-se no sertão a profundas transformações sociais. Verifica-se uma crescente diversificação da estrutura produtiva, especialmente após a introdução da cultura do algodão para suprir os mercados europeus durante a Guerra de Secessão norte-americana, o que permitiu uma maior integração da economia sertaneja no mercado internacional. Em conseqüência desse processo, a população sertaneja pôde se fixar mais à terra, além de ter acesso a uma certa renda monetária. Tal progresso intensificou o comércio e ampliou a rede de estradas, ligando várias localidades, promoveu várias cidades sertanejas à condição de verdadeiros e pujantes centros comerciais.

Na medida em que se diversificava a produção, se tornava mais complexa a organização política do sertão. Certos coronéis se tornaram mais poderosos,

controlando amplas áreas e subordinando pela força vários outros coronéis. De meras expressões locais, muitos deles passaram a influir diretamente nos destinos de sua província, quando não na política geral do Império. A distribuição de favores governamentais e a nomeação das autoridades locais passaram a ser ainda mais centralizadas nesta fase final do Império. Na verdade, quem não estava ao lado do poder sofria toda sorte de perseguições e só tinha possibilidade de reverter a situação associando a luta armada à vitória eleitoral de seu partido a nível nacional. Assim, as contendas eleitorais passaram a ser o fato político mais importante na vida sertaneja: uma questão de vida ou morte para o coronel, tanto quanto para seu desafeto na mesma circunscrição eleitoral.

Porém, do ponto de vista das classes subalternas, a vida tornara-se mais difícil. A valorização das terras próprias para a cultura do algodão acabou abalando a posição daqueles que moravam "de favor" nas terras dos grandes proprietários. Muitos moradores, que apenas prestavam pequenos serviços ao senhor, passaram a pagar renda. Além disso, a crescente concentração populacional no sertão rapidamente transformou o que era um fenômeno natural — a seca — num grave problema social. As secas, na verdade, não só desorganizavam a produção por períodos relativamente largos, como obrigavam a migração massiva e propiciavam a formação de bandos de assaltantes que infestavam o sertão, provocando razoável prejuízo adicional aos moradores.

Do ponto de vista que interessa ao nosso estudo, este período na verdade significou o afrouxamento dos controles sociais da sociedade patriarcal, tendo, como conseqüência, a ruptura de seu virtual monopólio no uso da violência, disseminando-o até os estratos mais baixos da população. A história, inclusive, registra vários exemplos de resistência popular a imposições das classes dominantes. É o caso, por exemplo, da resistência ao alistamento militar obrigatório a propósito da Guerra do Paraguai. Não raro os proprietários perseguiam seus desafetos políticos ou homens do povo para capturá-los e mandá-los para a frente de batalha. Não raro também estes resistiam, passando a viver "debaixo do cangaço" para combater os desmandos deste ou daquele proprietário. Outro exemplo foi a chamada "Revolta do Quebra-Quilo", quando largas parcelas da população sertaneja se sublevaram em várias localidades contra a imposição governamental de se adotar oficialmente o sistema métrico decimal.

Num sertão assim conturbado, era natural que se abrisse um espaço para a existência autônoma de bandos de "cangaceiros" que, até então, só podiam se organizar nos domínios de um senhor. A partir dos anos 70 do século passado, lê-se com freqüência nos documentos policiais a referência à existência de "coutos" ou "valhacoutos" onde viviam, impunemente, dezenas ou até mesmo centenas de "bandidos". No que consistiam estes ajuntamentos de "foras-da-lei"?

Os valhacoutos eram, em geral, lugares ermos e

de difícil acesso — uma serra, ou uma fazendola abandonada —, onde se reuniam e viviam em armas escravos fugidos, criminosos comuns, pessoas perseguidas pelo alistamento militar, etc., e que contavam ao menos com a tolerância de um proprietário. Ainda que ajuntamento perigoso de criminosos, praticando assaltos contra viajantes, não raro convinha ao coronel tolerá-lo com vistas a uma ou outra contenda política. *Coiteiro*, portanto, era originalmente o coronel que mantinha relações com essa gente que vivia homiziada em coutos ou valhacoutos.

Os grupos que viviam nos "valhacoutos" eram conhecidos pelos nomes de seus líderes: os *Cesários*, os *Hilários*, os *Teixeiras*, os *Columins*, etc. Tais grupos, embora em geral agissem ligados às contendas dos coronéis, não raro atuavam de forma autônoma. Muitas vezes aproveitavam a oportunidade de um ataque a uma vila, ordenado por um coronel, para realizarem suas próprias vinganças privadas e saquearem em benefício próprio, "distribuir justiça", etc., num comportamento que já indicava traços próximos ao *banditismo social*. Sem dúvida esta autonomia dos moradores dos valhacoutos variava no tempo e segundo a situação concreta, mas é inegável que durante os períodos de seca estes grupos adquiriam uma autonomia ainda maior, pela dificuldade de serem reprimidos, e inclusive apareciam à frente de hordas de flagelados comandando o saque a armazéns e casas comerciais.

No final do século passado certas áreas do sertão se tornaram célebres na crônica policial por seus va-

lhacoutos. É o caso do Cariri, no Ceará, do sertão de Pernambuco (especialmente às margens do rio Pajeú) e da Paraíba. Em geral, quando uma luta de família ou um conflito político se alongava demasiadamente, as partes envolvidas não vacilavam em enviar emissários a estas regiões para recrutar homens em armas. Assim, embora os valhacoutos tenham sido uma preocupação constante para as autoridades policiais, é evidente que sua existência decorria de uma necessidade da própria ordem política e social sertaneja.

A grande seca de 1877-79 e os primeiros bandos independentes

Na memória da população sertaneja talvez nada se compare, em termos de tragédia, ao que foi a grande seca que durou de 1877 a 1879. Para que se possa ter uma idéia desta calamidade, basta lembrar que só no Ceará, cuja população total era de pouco mais de 800 mil habitantes, morreram cerca de 60 mil pessoas de fome, sede e varíola e outras 60 mil tiveram que abandonar a província se deslocando para a Amazônia, onde tinha início o ciclo da borracha. O gado bovino, principal fonte de proteínas, foi praticamente dizimado, estimando-se que morreram mais de 600 mil cabeças. O mesmo ocorreu com o gado miúdo (cabras, ovelhas, etc.), de que se alimentava a população pobre.

Durante esses dois anos, hordas imensas de fla-

gelados chegavam sem cessar ao litoral, vales e serras férteis onde se podia tentar escapar à morte. Tais locais — como o Vale do Cariri, no sul do Ceará — evidentemente não estavam preparados sob nenhum aspecto para receber um reforço populacional tão grande. Logo no primeiro ano se manifestaram as epidemias, como a varíola, dizimando milhares de pessoas e semeando o pânico em meio à população.

Outro problema praticamente insolúvel nessas zonas de refúgio era a alimentação. Com o adensamento populacional, mal se conseguia manter a população local que, ao ver esgotados os excedentes, passava a consumir os estoques de sementes, comprometendo desta maneira a produção dos anos futuros. A par disso, desenvolvia-se largamente o mercado negro como forma de concentrar a riqueza em mãos de alguns poucos comerciantes privilegiados. Diz um cronista da época que "tudo deu pasto à usura e à perversidade; tais especuladores houve, tais traficantes de ocasião apareceram que se locupletaram comprando por diminuto preço, e com lesão enormíssima, escravos, ouro e prata em obras; houve barril de mel de furo que adquiriu escravo em paga; saco de farinha que obteve ricos trastes de ouro e prata".

Por sua vez, a omissão do governo imperial em socorrer as populações flageladas é digna de nota. Incomodado por inúmeros e inflamados discursos de representantes nordestinos no Rio de Janeiro, o Imperador limitou-se a criar uma comissão no Instituto Histórico e Geográfico, encabeçada pelo Conde

D'Eu, para proceder a estudos tendo em vista acabar de vez com o flagelo das secas. Após demoradas análises, a comissão concluiu que, entre outras medidas, devia-se arborizar o sertão com árvores frondosas, como o abacateiro, e introduzir na região animais como o camelo, chegando mesmo a promover a importação de alguns exemplares...

Os governos provinciais, entregues à própria sorte, o máximo que faziam era formar as chamadas *Comissões de Socorros*, que organizavam comboios para distribuir alimentos no sertão. Tais comissões eram compostas por comerciantes e funcionários públicos que, na verdade, constituíam um pequeno grupo de pessoas com monopólio virtual sobre os meios de vida. De fato, estima-se que menos de 20% desses recursos foram distribuídos gratuitamente, tendo sido a maior parte negociada no mercado negro. Portanto, à população pobre, para escapar à morte, só existiam dois caminhos: entregar-se aos assaltos e aos saques ou migrar...

É difícil crer que numa situação deste tipo pudessem ter alguma eficácia os tradicionais laços de solidariedade e as relações "de favor" que atavam os destinos dos homens livres e pobres aos desígnios dos grandes proprietários. As obrigações criadas pelo compadrio, por exemplo, não poderiam ter nenhum significado prático numa situação onde a palavra de ordem era "salve-se quem puder" e como puder... A crônica policial das secas está semeada de casos em que pais leiloavam a virgindade de suas filhas em troca de um prato de comida, de empregados que

matavam o patrão para roubar um pé de mandioca, e assim por diante.

Foi neste contexto de calamidade pública que surgiram os primeiros grupos efetivamente independentes de cangaceiros. Rompendo de vez a ambigüidade dos grupos de bandidos homiziados nos valha-coutos, esses grupos entram em cena como produto típico da seca.

No Vale do Cariri, uma dessas zonas privilegiadas de refúgio de flagelados, "as escoltas atiram nos ladrões de gado pelos campos, e alguns donos de sítios nos que devoram suas lavouras à noite". Na Capital, os jornais pediam enérgicas medidas repressivas, pois, diziam, só o terror da punição seria capaz de deter a onda de crimes contra a propriedade. "Hoje é perigoso ser rico — dizia o jornal *O Cearense* — pois o povo pobre (os bandidos) lhe hão declarado guerra de morte". O termo "comunismo" era utilizado largamente pelos jornais, querendo estabelecer um paralelo entre o que sucedia e os acontecimentos ainda recentes da Comuna de Paris. Evidentemente os bandos de cangaceiros se concentravam no Cariri por ser esta uma região relativamente rica. Neste cenário, destacaram-se os bandos de Inocêncio Vermelho e de João Calangro.

Em 1874 Inocêncio Vermelho havia cometido um assassinato na Paraíba. Em função deste crime, transferiu-se para Jardim, no Ceará, onde a ele se juntaram outros bandidos, inclusive João Calangro, que, por furto de animais, cumpria pena na cadeia da cidade do Crato, de onde conseguiu fugir. O

grupo agia impunemente em várias cidades do Cariri e, segundo o Presidente da Província da Paraíba, com a proteção do juiz de direito de Jardim.

Em meados de 1876 Inocêncio Vermelho foi assassinado. Assumiu o comando do grupo João Calangro. Este se orgulhava de ter cometido trinta e dois assassinatos sem que qualquer processo fosse tentado contra si. A seca de 1877 tornou-o personagem célebre: lutou contra os grupos similares dos *Quirinos* e dos *Viriatos*, seus rivais, até conseguir dominar todo o Cariri. Orgulhoso de seu prestígio, exigiu ser chamado de *General Brigadeiro* João de Souza Calangro.

Os *Calangros* constituíam um grupo de cerca de vinte homens e, por vezes, agiam articulados com os *Viriatos* e *Quirinos*, após estes dois grupos independentes terem reconhecido a liderança de João Calangro.

Como únicas forças militares organizadas na região, não tardou para que as autoridades se socorressem desses "bandidos" para que pusessem um mínimo de ordem no Vale do Cariri. De fato, João Calangro, que inicialmente se distinguira lutando contra ladrões de gado e protegendo os povoados nos dias de feira, logo se transformou em garantidor "da ordem e da propriedade", em estreita ligação com as autoridades e chefes políticos locais. Segundo *O Cearense*, a autoridade pública se anulou diante do perigo dos retirantes e "foi substituída por João Calangro, que entende que a ele, e tão-somente a ele, o Cariri deve o não ter sofrido maiores desgraças".

Evidentemente existiam bandos como o de José Rodrigues, na Vila de União, ou o de Jesuíno Brilhante, que tomavam mais claramente o partido dos pobres e dos retirantes. Esses grupos assaltavam os carros na estrada, tomavam os víveres e os distribuíam "como se fosse cousa sua", assim como havia feito Robin Hood na velha Inglaterra. Apesar dessas diferenças de estilo, havia entre os vários grupos uma aliança de tipo defensivo, de sorte que, quando receavam alguma "conjuração", reuniam-se e João Calangro assumia o comando geral.

O cangaço independente modelava-se à imagem e semelhança da ordem patriarcal, consolidando a sua própria clientela, e constituindo-se inclusive em forma de acesso a áreas de realização, não apenas econômica, até então inatingíveis para a maioria da gente simples. Enquanto que a distribuição de poder e prestígio na sociedade patriarcal era função da fortuna, idade, sexo e linhagem, o cangaço abria uma via "democrática" para a ascensão social, através de atributos individuais e adquiridos, tais como a valentia e a destreza no manejo de armas. Nesse sentido, o cangaço buscava recrutar não apenas os que pelejavam por vingança pessoal, mas também os elementos mais dinâmicos, audaciosos e ambiciosos em meio à plebe rural. Na condução dos bandos, o chefe agia como verdadeiro líder ao qual todos deviam obediência irrestrita — da mesma forma que é devida obediência ao coronel por parte de seus agregados e seguidores. O chefe de bando, além de responsável pela disciplina, elabora a ética do grupo. Conta-se

que João Calangro, vendo um *cabra* seu aplicar um pontapé no cadáver de um adversário, do bando dos *Quirinos*, adverte: "Não faça isto, ele era um cangaceiro honrado!". Histórias como essa se registram às centenas nas crônicas das lutas de famílias de coronéis. O cangaceiro independente aspira, a seu modo, nivelar-se à ordem dominante — por isso não pode permitir que um subalterno conspurque o cadáver de um chefe, um *igual*.

No entanto, esta perspectiva de liberdade inaugurada pelo cangaço independente durante o período da grande seca de 1877-79 se encerra com o próprio fim da seca. Em 1879 o sertão reverdece e volta a se povoar. Os chefes políticos, restaurada a ordem e a hierarquia, não podem mais aceitar a autoridade de alguém que veio "de baixo", como João Calangro. É necessário liquidá-lo e, por isso, tem início uma verdadeira guerra entre os grupos de cangaceiros, por um lado, e a polícia e as *volantes*, por outro. As *volantes*, forças auxiliares da polícia, se constituíam de tropas de assalariados com o fim precípuo de dar caça aos cangaceiros.

João Calangro, perseguido de perto, consegue, após várias peripécias, asilar-se em Barbalha, sob proteção do padre e proprietário Manoel Antonio de Jesus. O padre ocultou o cangaceiro e mandou o sacristão tocar finados, veiculando a notícia da morte de Calangro. Enquanto se efetuava o enterro, o cangaceiro fugiu para o Piauí, de onde não se teve mais notícias suas.

Finda a seca, o banditismo social de epidêmico

volta a ser endêmico. Com a fuga de Calangro, os demais grupos que gravitavam em torno de seu prestígio tenderam a desaparecer. No entanto, permaneceu por longo tempo na memória popular a legenda de um famoso cangaceiro de destacada atuação no período das secas: Jesuíno Brilhante.

A história e a legenda de Jesuíno Brilhante

Talvez por seus compromissos explícitos com os coronéis, o nome de João Calangro, o mais poderoso cangaceiro do período das secas, tenha sido obscurecido pela legenda de Jesuíno Brilhante. Este, diferentemente daquele, compõe a imagem típica do *cangaceiro-herói*, modelo de heroísmo e abdicação para as massas rurais, segundo palavras do escritor Graciliano Ramos.

A família Alves de Melo, à qual pertencia Jesuíno Brilhante, parece ter sido relativamente abastada: eram donos de lavoura e gado, proprietários de escravos e homens de relativo prestígio político. Apesar disso, o cangaço se inscreveu na vida do clã dos Alves de Melo como um desdobramento natural de perseguições políticas e rivalidades com outra família do sertão cearense, a família Limão.

Ao que consta, as desavenças entre as duas famílias começaram por volta de 1866, quando um membro do clã de Jesuíno, responsável pelo recrutamento para a guerra do Paraguai, foi assassinado por gente da família Limão, incluídos entre os recrutas.

Além desse antecedente, os Alves de Melo eram do Partido Liberal, que se encontrava "por baixo", e os Limões, do Partido Conservador. Mas foi um motivo aparentemente fútil que levou Jesuíno a cometer seu primeiro "crime", tendo, a partir de então, que optar por viver "debaixo do cangaço".

Certa feita, membros da família Limão roubaram uma cabra de João Alves, pai de Jesuíno. Segundo o folclorista Gustavo Barroso, "há três tipos de indivíduos desprezíveis no julgamento do sertanejo: ladrão de galinha, ladrão de bode e ladrão de cavalo. No segundo grupo se enquadra o ladrão de cabra, que é a pior espécie de gente". Tratava-se, portanto, de uma grande provocação. Em seguida, Jesuíno se achava com um cunhado, na vila de Patu, quando cruzou na rua com Honorato Limão. Houve uma discussão e Jesuíno matou Honorato a punhal, mandando abrir uma garrafa de cachaça "em honra do defunto". Este fato se deu em fins de 1871.

Sem outra alternativa, Jesuíno assumiu sua condição de "fora-da-lei", reuniu sua gente e partiu para a vida do cangaço. Antes, porém, concedeu a liberdade a seu escravo José. O escravo, enquanto homem livre, optou por seguir seu antigo dono nas aventuras do cangaço. Mais tarde, José seria morto pelo próprio Jesuíno, por ter ousado disputar com o chefe o amor de uma moça branca.

A luta entre *Brilhantes* e *Limões* foi progressivamente envolvendo ambas as parentelas e provocando mortes de parte a parte. A história registra alguns casos de especial requinte de crueldade. Um

velho do clã dos Alves de Melo foi morto após ter sido humilhado e aviltado: seu assassino obrigou-o a passar três vezes por debaixo da barriga de seu cavalo, o que era largamente propalado para maior vergonha da família do morto. Como vingança, Jesuíno matou o aviltador da honra dos Alves de Melo e marcou o defundo nas orelhas "com o sinal de messa e canzil", como se marca no sertão um bode ou uma cabra.

Após algumas façanhas, Jesuíno dissolveu o grupo e procurou voltar à vida normal, cuidando do gado e da lavoura. No entanto, os *Limões*, através de influências políticas, conseguiram do Presidente da Província a abertura de um processo-crime contra os *Brilhantes*. A vida normal tornara-se impossível para eles.

Jesuíno reúne novamente o bando, para lutar em defesa da honra da família, e adverte seus companheiros: "os que me acompanham não pegam no alheio e nem faltam com o respeito às famílias honestas. Estes dois crimes são os que eu mais abuso. Fujam de cometê-los porque para eles não há perdão". De fato, o bando não vivia do roubo e era sustentado pelos recursos da família Alves de Melo. Conta-se, inclusive, que certa vez Jesuíno chegou à fazenda de um certo Manoel Pimenta e pediu dinheiro, um cavalo e uma vaca. O fazendeiro negou-se a lhe entregar, dizendo que, se quisesse, roubasse. O cangaceiro montou no cavalo, respondeu que não era ladrão, e foi embora.

Estórias como essa fizeram com que a fama do cangaceiro-herói se espalhasse rapidamente pelo sertão. O povo via em Jesuíno o administrador da jus-

tiça que o Estado negava ao homem pobre, especialmente em se tratando de crimes praticados "contra a honra e a propriedade". Certa vez o filho de um fazendeiro deflorou uma jovem, filha de um vaqueiro, supondo que por sua posição e fortuna escaparia à justiça do Brilhante. Jesuíno, a par do ocorrido, mandou um emissário informar ao ofensor que teria três dias de prazo para se casar. O rapaz tratou mal o emissário e fugiu. Jesuíno foi alcançá-lo após percorrer 50 léguas, arrastando-o à presença do vigário para que se casasse com a ofendida. Os furtos, Jesuíno reparava obrigando à restituição. Durante a seca de 1877-79, quando seu bando realizou vários assaltos a comboios das comissões de socorros, Jesuíno sempre teve a preocupação de se justificar denunciando a corrupção dos comissários do governo, inclusive através de cartas dirigidas às autoridades da Capital.

Terminada a seca, cessa a prática redistributivista do cangaceiro. A rearticulação das forças policiais e a perseguição generalizada aos bandos de cangaceiros, especialmente no Cariri, também atinge os *Brilhantes*. Mas não se sabe ao certo como Jesuíno morreu. Supõe-se que assassinado pela polícia paraibana, após ter sido traído. Porém, na memória popular, ficou o seguinte registro:

"Já mataram Jesuíno
Acabou-se o valentão!
Morreu no campo da honra
Sem se entregar à prisão..."

Durante muito tempo, mesmo entre aqueles que se empenharam profundamente no combate ao cangaço, Jesuíno Brilhante conservou sua aura de nobreza, de cangaceiro-herói, homem a ser respeitado por virtudes que o distinguiam de "facínoras monstruosos" como Lampião...

A República e as lutas políticas no Nordeste

A proclamação da República, embora um episódio de significação maior para as elites do que para o povo, introduziu importantes modificações na ordem sertaneja.

Em primeiro lugar, a adoção do sistema federativo conferiu às elites regionais um grau de autonomia que nunca antes haviam experimentado. O centralismo do Império, em que cada Presidente de Província era representante direto do poder central, nomeado segundo os desígnios do partido no poder, cedeu passo à eleição direta dos governadores, segundo os interesses das forças políticas do Estado. Esta inovação era reforçada ainda pelo princípio fiscal, consagrado pela Constituição Republicana de 1890, segundo a qual os impostos de exportação pertenciam à União e os de importação passariam a constituir a principal renda dos Estados.

Em segundo lugar, a autonomia política, aliada à viabilidade financeira, possibilitaram a constitui-

ção de poderosas *oligarquias* nos principais estados da federação. Na verdade, os representantes do grande comércio, os coronéis poderosos do sertão e os setores ligados à agroindústria passaram a ter um interesse inusitado em controlar o poder estadual. Através deste controle podiam não só destinar os recursos financeiros do estado para obras de seu interesse — como abrir estradas, melhorar os grandes centros urbanos onde uma incipiente classe média começava a formular demandas políticas, melhorar o sistema de portos, etc. —, como também instrumentalizar a força pública no sentido de dizimar os adversários e perpetuar-se politicamente, garantindo para si e para seus aliados na esfera federal a "vitória nas urnas".

Os estados do Nordeste e suas oligarquias em geral gravitavam, a nível nacional, em torno dos interesses da política dominante no país — a política das elites cafeeiras. Do ponto de vista de São Paulo e Minas, que expressavam esses interesses, pouco importava qual a composição de forças que dominava nos estados nordestinos — bastava tão-somente que as oligarquias dominantes se alinhassem, no Congresso Nacional, com a política dos estados fortes. Esta política, que ficou conhecida como "política dos governadores", teve seu ápice durante a presidência do paulista Campos Sálles (1900-1904). A nível dos estados nordestinos, contudo, ela teve como conseqüência introduzir importantes mudanças políticas na relação das oligarquias com os coronéis.

Nos estados em que a principal atividade econô-

mica era a agroindústria açucareira — como Pernambuco e Alagoas —, era de vital importância para as oligarquias rivais consolidar suas bases políticas entre os coronéis sertanejos, para evitar qualquer sorte de "surpresa" nas urnas. A corrupção e o favoritismo eram a forma privilegiada através da qual as oligarquias cooptavam seus adeptos, de tal modo que uma oligarquia marginalizava completamente seus adversários, deixando, como única alternativa para que atingisse o poder, a insurreição armada. De qualquer maneira, apesar da instabilidade do sistema político, eram sempre os interesses açucareiros que dominavam o panorama estadual.

Nos estados de economia tradicional, como a subsistência e a pecuária, estados mais pobres como a Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte, as oligarquias dependiam em grau ainda maior dos coronéis sertanejos. Em geral conferiam uma grande autonomia aos coronéis, reconhecendo como legítimos representantes dos municípios aqueles que, pelas armas, haviam derrotado seus adversários locais. Isto é, reproduziam em escala regional o mesmo comportamento da União frente às oligarquias estaduais. A oligarquia Accioly, que dominou o Ceará por mais de uma década, até ser deposta em 1911, limitou-se a legitimar os coronéis sertanejos que atingiram o poder pelas armas, depondo seus adversários com o concurso de verdadeiros exércitos de jagunços e cangaceiros. Apesar disso, o consenso que criou a seu favor não impediu que as forças do comércio, aliadas à classe média de Fortaleza, pusessem fim a seu

domínio através da intervenção do Exército, que participou do movimento antioligárquico das chamadas "salvações", durante o governo presidencial do Marechal Hermes da Fonseca.

O fato é que, para os coronéis sertanejos, independentemente das oligarquias que dominavam o Estado serem fortes e poderosas, como as oligarquias açucareiras, ou fracas e instáveis, como a dos estados mais pobres, o período republicano, até a Revolução de 1930, exacerbou ainda mais a necessidade de se colocarem em armas para preservar o poder. Em conseqüência, verificou-se um processo de seleção dentro do próprio coronelismo. Vários coronéis ricos e poderosos, capazes de reunir milhares de homens em armas para defenderem seus interesses políticos, apoiando ou depondo uma oligarquia, firmaram seu prestígio no sertão e foram gradativamente se tornando interlocutores diretos do próprio poder central. É o caso dos coronéis Franklin de Albuquerque e Horácio de Matos, na Bahia, do Padre Cícero, no Cariri cearense, etc. Esses coronéis, por sua vez, subordinavam uma série de outros coronéis menos poderosos, transformando-os em meros "cabos eleitorais" e prepostos seus no controle de municípios circunvizinhos.

Como se vê, de 1889 a 1930 a dinâmica política sertaneja se assemelhava à de uma região conflagrada por constantes enfrentamentos militares. A capacidade de sobrevivência política de cada coronel dependia não só das alianças que realizava, mas também da quantidade de homens que conseguia ali-

ciar para a ação armada. Este quadro torna-se ainda mais dramático se levarmos em conta que de 1877 a 1915, por exemplo, quatro secas atingiram a região, desorganizando completamente a produção durante 12 dos 38 anos do período, liquidando por completo com a produção de subsistência e com os rebanhos.

Tal crise econômica, num quadro político tão instável, fez com que os coronéis das zonas de economia de subsistência e pecuária aprofundassem ainda mais sua dependência em relação aos comerciantes e chefes políticos de regiões como os vales e serras que, nos períodos de catástrofes, expandiam a produção e o comércio, em atendimento às demandas das áreas mais duramente atingidas pelas secas.

Do ponto de vista do coronelismo sertanejo, portanto, o que verificamos é uma gradativa diferenciação interna, onde o poder e a pujança de coronéis de certas áreas bem delimitadas contrasta com a decadência e o pauperismo dos coronéis ligados à economia tradicional. Em termos das relações com as oligarquias, também esta divisão é pertinente. É mais importante para o oligarca ter o apoio de um grande coronel sertanejo do que cultivar, através de infindáveis favores, a fidelidade de coronéis que vivem o crepúsculo político e econômico. É mais importante abrir créditos e agências bancárias em municípios controlados por poderosos aliados do que nomear funcionário público um parente de um coronel "falido".

Esta diferenciação interna do coronelismo, aliada às demais contradições inerentes ao sistema fede-

rativo da Primeira República, nos fornecem o quadro que explica a evolução do cangaço durante o período. É de se notar, por exemplo, que nas áreas controladas por coronéis poderosos, mantenedores de centenas de homens em armas, em nenhum momento pôde se desenvolver o cangaço independente. Ao contrário, este cresceu em importância nas áreas mais pobres do sertão, áreas normalmente compreendidas no chamado Polígono das Secas e controladas por um coronelismo débil e decadente.

Do ponto de vista do Estado, ou mais precisamente das oligarquias, sempre que se organizava uma campanha para dar caça aos cangaceiros, ou pôr fim ao "banditismo", o verdadeiro objetivo perseguido pelos governos do litoral era golpear o poderio militar dos coronéis a partir da perseguição a seus exércitos informais de jagunços. Raramente o Estado se empenhava a fundo para perseguir os grupos independentes de cangaceiros, a não ser quando estes atacavam bens do governo ou desafiavam o poder da oligarquia, contrariando seus interesses no sertão. Afora estas situações-limite, o cangaço independente podia se desenvolver livremente nas zonas mais pobres do sertão.

Antonio Silvino, "Governador do Sertão"

A história de Manoel Baptista de Moraes, que adotou o nome de guerra de Antonio Silvino, é a que melhor expressa as condições de existência do cangaço independente neste primeiro período republi-

LEANDRO GOMES DE BARROS

ANTONIO SILVINO O REI DOS CANGACEIROS

A' venda, Rua do Alecrim 38 E

cano.

Silvino, ao que se sabe, descendia de família de algumas posses. Batistão, seu pai, chegou a ser subdelegado de polícia em Pajeú das Flores, Pernambuco, onde arranjou rixa com um fazendeiro protetor de "maus elementos". Além disso, no ano de 1875 morreu, em circunstâncias misteriosas, o coronel Ildefonso Ayres, o que levou seu filho, Silvino Ayres, a articular um grupo para vingá-lo, para o qual chamou Batistão, seu parente.

Realizada a vingança, Batistão voltou para o Pajeú, desligando-se do grupo de Silvino Ayres. Todavia, foi assassinado em 1896 por um certo José Ramos da Silva, em conseqüência das disputas que possuía com os vizinhos. Manoel Baptista de Moraes, que crescerá neste ambiente de lutas, tinha vinte e um anos quando seu pai foi assassinado. Esperou longo tempo pela punição do assassino até que resolveu fazer justiça pelas próprias mãos. O primeiro crime que se registra no longo rosário de tropelias suas pelo sertão foram as mortes de Manoel Ramos Cabaceira, sobrinho do assassino do seu pai, e de um certo João Rosa, que o acompanhava.

Perseguido a partir de então pelo delegado de polícia Francisco Braz, protetor da família Ramos da Silva, Manoel Baptista também teve que matá-lo. Em seguida, sem condições de continuar a vida legal, ele e seu irmão Zeferino juntam-se ao cangaceiro Luiz Mansidão. O pequeno bando, tendo recebido um mensageiro de Silvino Ayres, deslocou-se para a região do Teixeira, na Paraíba, para prosseguir nas

lutas decorrentes da morte de Ildefonso Ayres.

Com a morte de Luiz Mansidão, Manoel Baptista torna-se chefe do bando e adota o nome de Antonio Silvino, em homenagem a seu "padrinho" Silvino Ayres, mas, com o tempo, Antonio Silvino vai se afastando das questões familiares, passando a desenvolver um estilo próprio de cangaço.

Durante o ano de 1899 saqueou várias pequenas cidades nos limites entre Paraíba e Pernambuco, já então comandando um bando de 21 homens. Seu feito mais célebre daquele ano foi o assalto à usina Santa Philonilia, de propriedade do coronel Santos Dias, em Canhotinho, com o propósito de resgatar uma filha de coronel que havia fugido do marido, alegando maus-tratos. Nesta ocasião, em que agia como defensor dos bons costumes e da autoridade dos maridos, matou inocentemente a irmã da fugitiva e adquiriu um sentimento de culpa que levaria até a morte.

Conta-se também que na mesma oportunidade o chefe político de Canhotinho, impressionado pela fama do cangaceiro, nomeou-o e a seu bando *guardas municipais*, para a manutenção da ordem e dos bons costumes. A partir de então o bando passou a trajar o uniforme da Guarda Nacional, embora os postos fossem meramente honoríficos, cabendo a Silvino, como chefe, o maior número de galões.

Segundo quem o conheceu, Silvino tinha dois pontos fracos, duas manias: pedrarias e perfumarias. Untava os cabelos com brilhantina cheirosa, borrifava-se de extratos, molhava-se em patchuli e lavava-

se em água de colônia. Os dedos viviam cobertos de brilhantes cravados em grossos anéis de ouro. Apreciava também as armas bem cuidadas e tinha especial carinho por uma *Winchester* de 14 tiros, um punhal de prata de doze polegadas de comprimento, uma pistola *Browning* e cartucheiras duplas.

Dos saques às vilas retinha o dinheiro de que necessitava no momento e distribuía o restante com os pobres. O grande poeta popular Chagas Baptista assim registrou a generosidade do cangaceiro:

"Visitei todo o comércio,
Fiz muito bom apurado,
E vi que de muito povo
Eu me achava acompanhado
Alguns pediam esmolas:
Então não me fiz de rogado.

Uns quatrocentos mil réis
Com os pobres distribuí
Não serve isto p'ra minh'alma
Porque esta eu já perdi;

Mas serve p'ra os miseráveis
Que estavam nus e eu vesti".

Com o passar do tempo sua fama ia crescendo e a tendência do bando também era de aumentar sem limites. Houve época em que Silvino chegou a andar com um verdadeiro batalhão de 60 homens. De maneira geral, porém, tinha subchefes — como *Tem-*

pestade e o "alferes *Cocada* de açúcar branco" —, que agiam com relativa autonomia enquanto Silvino andava acompanhado regularmente de, no máximo, dez a quinze cangaceiros.

Mas não era qualquer pessoa que podia entrar no bando de Silvino. Exigia "bom proceder" e não consentia que seus homens se embriagassem ou faltassem com o respeito às famílias, castigando os infratores e expulsando-os do bando. Certa vez a polícia prendeu os cangaceiros *Moitinha*, *José Chico* e *Gato Bravo* em Areias, na Paraíba. Os três haviam andado no bando de Silvino que, apesar disso, declarou que se sentia feliz com o trabalho da polícia, já que os três não passavam de ladrões de cavalos que andavam roubando em seu nome. Quando foi preso em 1914, do alto de seu dólmã de brim listado, tendo cinco fitas em cada punho como patente de tenente-coronel, Silvino declarou que nunca foi traído por seus cabras, pois "gente sabida não entrava no meu bando. Só queria gente mais ou menos tola, a quem eu ensinasse a atirar com rifle, a saltar e a jogar o punhal".

Silvino, de fato, fazia questão de se diferenciar. Quando assaltava uma localidade, em geral dava um passeio de braço dado com o prefeito ou delegado de polícia. Em seguida "fazia a bolsa", isto é, coletava o dinheiro no comércio e distribuía entre os pobres e os componentes do bando. Quando o dinheiro acabava, fazia outra "bolsa". Aliás, em matéria de generosidade, dizia não distinguir "pobre de rico". Conforme declarou, "não podia ver necessitados e não

Biblioteca Pública Municipal
Padre Arlindo Marcon

lhes prestar auxílio".

Por este seu proceder, em 1904, após atacar a cidade de Nazaré em Pernambuco, para libertar um amigo preso e extorquir dinheiro do delegado, o Chefe de Polícia — cargo que equivalia ao atual Secretário de Segurança — confessava que a prisão de Silvino tinha se tornado impossível, "parte pelo pavor que inspira a sua presença e a fama de que é precedido e parte aliciada por donativos que ele distribui dos dinheiros extorquidos".

A única saída para a polícia, virtualmente neutralizada pela tática do cangaceiro, era autorizar e estimular a formação das tropas volantes. As volantes desse período eram tropas constituídas por recrutas provenientes em geral de famílias molestadas ou ofendidas pelos cangaceiros. Esses voluntários eram tão ou mais temidos que os cangaceiros, pela brutalidade e pela violência que exerciam contra qualquer pessoa suspeita de manter relações com o cangaço, como simpatizante ou como *coiteiro*, isto é, como elemento da rede de apoio dos bandos.

A mais célebre volante foi a constituída por José Gouveia, sertanejo rico e influente que teve um sobrinho surrado por Antonio Silvino. Humilhado, José Gouveia foi à capital da Paraíba e conseguiu ser nomeado capitão da polícia. Foi então a Recife, onde conseguiu o comando de um outro grupo e declarou que daria armas, munições e alimentos a quem se dispusesse a segui-lo na perseguição a Silvino. O grupo, conhecido como *Azulões*, combateu várias vezes com Silvino, que conseguiu colocá-lo em fuga.

Certo da impunidade, o "Governador do Sertão", como gostava de ser chamado, ousava ações cada vez mais espetaculares. O sertão começava a se modernizar, o que desagradava o cangaceiro. Iniciava-se a construção da estrada de ferro *Great Western*, e os correios e telégrafos cada vez se faziam presentes num maior número de localidades. Em 1906, após um combate com os *Azulões*, Silvino encontrou na Paraíba um "correio" ao qual roubou e incendiou as malas, julgando que traziam instruções para os que o perseguiam. Como não sabia ler, incendiava toda a correspondência. Pôs-se também a arrancar os trilhos da *Great Western*, além de ter extorquido cem mil réis do empreiteiro Francisco de Sá, mandando-o dizer aos "*inguilezes*" que aquelas terras lhe pertenciam e por isso exigia um indenização de 30 contos para que a companhia pudesse prosseguir em seus trabalhos. Em conseqüência, a *Great Western* teve que pedir proteção ao governo federal, que colocou uma tropa para a defesa da estrada.

No ano seguinte, além de prosseguir cortando os fios do telégrafo, Silvino invadiu a cidade de Barra de São Miguel e se apoderou da "Mesa de Rendas", roubando o dinheiro e queimando todos os papéis da arrecadação. Intitulando-se "procurador do governo", preveniu o agente federal da coletoria de que, daquela data em diante, metade das rendas arrecadadas naquela agência do governo deveriam lhe ser reservadas. Em Esperança, outra pequena cidade, recolheu "impostos" dos comerciantes.

No final de 1907 Silvino espalhou a versão de

que havia chegado a um acordo com a estrada de ferro: por 15 contos tinha abandonado as hostilidades contra a *Great Western*, razão pela qual as tropas federais haviam se retirado do sertão.

Por volta de 1909 a 1910 Silvino tentou mudar de vida. Casou-se com Maria da Conceição — Tita — filha de um fazendeiro. Tentou pôr fim à sua vida nômade num momento que lhe parecia propício, pois seu prestígio era grande e os comerciantes o respeitavam. Numa entrevista que teve com um padre em Areias, Paraíba, ameaçou redobrar suas atividades, especialmente interceptar mercadorias das casas comerciais de propriedade de deputados, caso o governo do estado não lhe concedesse o indulto.

Na mesma época começou a se envolver em política. Há notícias de que em várias cidades subiu em palanques para pedir votos para os candidatos da oposição. Na Paraíba, em Alagoas do Monteiro, os coronéis Franklin Dantas e Santa Cruz pegaram em armas contra o governo, agitando todo o sertão, num movimento que iria se prolongar durante 1911 e 1912, ligando-se à campanha presidencial do Marechal Hermes da Fonseca e ao movimento antioligárquico das chamadas "salvações", que no Nordeste era liderado pelo General Dantas Barreto, de Pernambuco.

O poeta Chagas Baptista, por sua vez, inundava o sertão com seus cordéis, onde colocava na boca de Antonio Silvino as seguintes considerações:

"Por hora fico esperando
Que se ofereça ocasião
De eu me utilizar do rifle
P'ra matar um valentão
Ou p'ra lutar em defesa
Do povo da oposição

Defendo a oposição
Porém político não sou;
Meu candidato é meu rifle
Que um tiro nunca falhou
Mas se o governo me ofende
Eu de encontro a ele vou!...

Meu colegas — Franklin Dantas
E o doutor Santa Cruz
Estes podem ser políticos
Porque a política os seduz!
Mesmo são bacharéis
Têem da ciência a luz".

Segundo Chagas Baptista, Silvino se colocava também ao lado do "salvador" General Dantas Barreto:

"A lei que o Governo quer
É a do couro de boi
Não sabe que o cativeiro
A muito tempo se foi?

A liberdade é uma asa
Sem asa não há quem voe

. . . . . .
Ergueu-se a onda do povo,
O general ficou quieto,
Os oligarcas pensavam
Que o Estado era objeto
Que o pai deixasse ao filho
O filho deixasse ao neto".

Embora haja quem duvide que fossem tão explícitos e profundos os compromissos de Silvino com a oposição, o fato é que, aos olhos do povo, alguém possuidor de uma legenda como a sua não poderia deixar de ser um excelente promotor de causas políticas tão simpáticas.

Mas, em conseqüência do crescimento do "banditismo", aliado à agitação política do período, em fins de 1912 foi assinado em Recife um pacto policial entre os governos de Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, a fim de unificar e intensificar a caça aos criminosos. Silvino, temeroso, recolheu-se à espera dos resultados da ação interestadual. Como nada de mais grave acontecesse, tornou-se ainda mais ousado. Mandou um mensageiro seu buscar dois contos de réis na fazenda do comerciante Christiano Lauritzen, um dos mais poderosos políticos da Paraíba, enquanto a fazenda estava guarnecida por cem soldados! Em Coité, telefonou para a polícia de Guarabira, caçoando da incompetência de seus perseguidores. Apoderou-se depois de uma estação ferroviária e passou o seguinte telegrama para o governador da Paraíba:

> "*Dr. Castro Pinto, governador bandido. Não precisava reunir quatro estados para perseguir-me, pois garanto-lhe que não saio de dois, fazendo perseguição ao seu governo. Doutor Massa* (o Chefe de Polícia), *toda perseguição que me fizer eu me vingo em sua família. Doutor José Rodrigues* (Secretário do Governo), *pise milho, cesse* massa *e dê a esse* pinto *para comer, que o mal dele é fome.* Assinado — Antonio Silvino de Moraes."

Sem dúvida era muita ousadia para um bandido. A perseguição policial a Silvino começou a se intensificar, beneficiando-se do acordo interestadual de 1912, que permitia às tropas de um estado ultrapassarem as fronteiras em perseguição ao cangaceiro.

Ao final de 1914 a polícia obteve a informação de que Silvino se dirigia para Taquaritinga. O sargento José Alvino Correia de Queiroz, um obscuro ex-comerciante de Pernambuco prejudicado pelo bandido e que entrara para a polícia jurando vingança, partiu para Taquaritinga. Chegando ao local com sua gente, "apertou" um coiteiro e descobriu onde Silvino se escondia.

No dia 28 de novembro deu-se o tiroteio final. Silvino, acompanhado de quatro companheiros, pego desprevenido, levou um tiro que lhe atravessou o tronco. Conseguiu arrastar-se até uma casa próxima e mandou propor ao comandante da tropa, Alferes Theophanes Torres, que aceitasse sua rendição.

Levado preso para Recife, foi processado e condenado a trinta anos de prisão, enquanto o jornal *Diário de Pernambuco*, porta-voz do comércio, lançava uma subscrição pública em favor do oficial e praças que haviam efetuado a prisão do bandido, conclamando os comerciantes, fazendeiros e agricultores a depositarem suas quantias no *River Plate Bank* como prova de gratidão à polícia.

Conta-se que, após sua prisão, seus companheiros seguiram para Juazeiro do Norte em busca da proteção do Padre Cícero. Ao mesmo tempo, o cangaceiro *Antão Godé*, que havia andado no bando de Silvino, reuniu 20 cangaceiros e jurou vingar-se das populações de Santa Cruz e Jatobá pelas festas que promoveram em comemoração à prisão de Silvino.

Silvino cumpriu 28 anos de sua pena, período em que era visitado regularmente por sua mulher, Tita. Na prisão foi sempre bem comportado, mantendo distância dos "presos comuns" e se convertendo ao protestantismo. Foi finalmente indultado por Getúlio Vargas, que ainda ordenou que se lhe desse um emprego. Silvino, porém, não conseguia se adaptar; pediu para falar com o Presidente; mandou-lhe um requerimento em que afirmava que o trabalho que lhe haviam dado não era digno de um homem, mas sim de "cabra safado e sem-vergonha"... Getúlio divertiu-se com a reclamação e arranjou-lhe um novo emprego, mais satisfatório.

Em outubro de 1944, aos 79 anos, morria Manoel Baptista de Moraes em Campina Grande, na Paraíba.

Lampião, o "Rei do Cangaço"

Diferentemente de Jesuíno Brilhante ou Antonio Silvino, o cangaço de Lampião, que durou de 1920 a 1938, está marcado por um novo signo. Os poetas da literatura de cordel, que teciam através dos folhetos a legenda desses heróis sertanejos, são quase que unânimes em ressaltar como característica básica de Lampião não sua generosidade ou benevolência mas, antes, sua extrema crueldade.

Poemas como os do famoso João Martins de Athayde primam por descrever, em detalhes, as crueldades de que era capaz o bandido e seu grupo, semeando o terror pelo sertão. No folheto *Novas Proezas de Lampião*, Athayde assim se expressa:

"Lampião é um bandido
de muita perversidade,
no lugar onde ele passa
vai deixando a orfandade
e não pode ter conceito
os crimes que ele tem feito,
fora e dentro da cidade.

. . . . . .

É ladrão e assassino
e também deflorador,
fez do rifle um seu amigo
consagrando grande amor
é desgraçado e perjuro
é mais sujo que o monturo
que de nada tem valor".

No folheto *Monstruoso Crime Praticado Agora por Lampião no Sertão da Bahia*, Athayde descreve em detalhes o castigo que o cangaceiro impôs a um velho e sua família por terem denunciado seu paradeiro a um tenente da polícia:

"Pegaram o rapaz mais velho
E colocaram de um lado
Pelo braço e pela perna
Do pai, foi logo amarrado
Lampião rangia o dente
Pior de que a serpente
Ou um cachorro danado.

. . . . . .

Depois deles amarrado
O bandido Lampião
Tirou o punhal da cinta
E sangrou o rapaz no vão
Gritava como um danado
Olha bem velho safado
Como é que se mata um cão.

O rapaz caiu de bruço
E com o impulso que deu
Levou o velho também
Que grande queda sofreu,
Com a grande punhalada
Não pode mais dizer nada
No mesmo instante morreu.

. . . . . .

Os dois rapazes mais novos

Lampião por Emílio

Tiveram a mesma sorte
No punhal de Lampião
Não há valente nem forte,
Não podiam nem gritar;
Tiveram que se acabar
Nas garras negras da morte.

Depois de tudo isso feito
Lampião desamarrou
Disse ao Velho 'Arreia as calças'
E em seguida o castrou
Dizendo eu faço com jeito
Do velho o olho direito
Com o punhal arrancou."

A primeira questão que ocorre diante de relatos deste tipo é procurar compreender o porquê desta nova e marcante característica do cangaço de Lampião.

Neste sentido é curioso recordar a opinião de Antonio Silvino sobre o seu sucessor. Silvino, preso na penitenciária de Recife, ao ser entrevistado pelo folclorista Leonardo Mota, assim se manifestou sobre aquele cuja estrela começava a se erguer seis anos após a captura do "Governador do Sertão":

— *Lampião é um prinspe! Veio depois de mim. Os tempos são outros. As armas estão mais aperfeiçoada. Não falta quem lhe dê tudo. Caixeiro-viajante não é besta prá se esquecer de levar presente de bala prá ele. A poliça quer é só se encher de dinheiro no sertão. Não tenha dúvida, Lampião é um Prinspe!*

De fato, os tempos eram outros. As décadas de 20 e 30, em que Lampião transitou pelo sertão, registravam um considerável avanço no grau de centralização política. A República Velha entrava em crise, ao passo que uma série de movimentos militares, predominantemente urbanos, prenunciavam uma nova ordem. As oligarquias nordestinas, envolvidas neste processo, mantinham-se no poder à custa de crescentes concessões feitas às camadas médias urbanas, propiciando-lhes, além de melhoramentos materiais, novas formas de acesso à cultura e ao poder. De uma maneira geral, pode-se dizer que a partir da década de 20 a política deixa gradativamente de gravitar quase que exclusivamente em torno dos interesses agrários para se debater com toda uma nova gama de problemas surgidos a partir da emergência da classe média e do proletariado, frutos de uma incipiente urbanização que, além do eixo Rio—São Paulo, começava a envolver as principais capitais nordestinas.

O sertão, por sua vez, estava imerso numa profunda crise econômica e política. A cultura do algodão, por exemplo, que havia sido importante esteio para a população, mergulhou numa crise em que se arrastaria por um longo período, sem jamais voltar à pujança anterior. O charque, outro importante produto sertanejo, passou a sofrer a concorrência crescente do similar gaúcho, ao menos no suprimento dos centros urbanos do litoral nordestino. A tudo isso se somem as sucessivas secas que, apesar da grita generalizada dos políticos regionais, continuavam

tratadas pelo poder central como problema estritamente regional.

Do ponto de vista político, a importância do Nordeste era decrescente. Basta ver que mesmo no período em que o paraibano Epitácio Pessoa ocupou a Presidência da República o atendimento às reivindicações regionais não foi além de um tímido programa de construção de açudes e da abertura de umas poucas agências do Banco do Brasil. É que, no plano nacional, a morte de Pinheiro Machado, amigo dos oligarcas nordestinos e eminência parda da Velha República, aliada à emergência do Rio Grande do Sul como terceira força da federação (ao lado de São Paulo e Minas), obscureceu a importância das elites regionais no jogo das alianças políticas. Os poucos oligarcas e coronéis que ainda contavam neste jogo pela força eleitoral que possuíam, como o Padre Cícero no Cariri, negociavam diretamente com o poder central a obtenção de favores e privilégios para suas zonas de influência.

Já no tocante à repressão, assiste-se à modernização e fortalecimento do Exército enquanto instituição nacional, quase como reflexo das agitações militares do período e do crescente anseio de participação política dos setores médios urbanos. As forças públicas estaduais também se profissionalizaram e procuraram se adaptar aos novos tempos, preparando-se para garantir a "segurança pública" nas capitais e sufocar as revoltas que ameaçavam o *status quo*. No Nordeste, consumiram boa parte de suas energias na perseguição à Coluna Prestes e no com-

bate ao cangaço. Mesmo assim, mostraram-se incapazes de "manter a ordem" em todo o território dos estados, especializando-se em guarnecer os principais centros econômicos e preservar as propriedades dos coronéis mais poderosos. Apesar de uma maior autonomia e profissionalização, foram incapazes de romper com o ordenamento oligárquico na prestação de serviços em benefício de toda a população.

Neste contexto é que surge e se desenvolve o cangaço de Lampião.

* * *

Virgulino Ferreira da Silva, mais tarde Lampião, nasceu por volta de 1900, filho de uma família de lavradores e pequenos criadores. Seu pai e seus irmãos eram também tropeiros. Quando possuía cerca de vinte anos, sua vida se transformou. Moravam eles em Serra Talhada, sertão de Pernambuco, e o velho José Ferreira, pai de Virgulino, era adversário político de um fazendeiro vizinho, de nome José Saturnino. Esse fazendeiro, por sua vez, era aliado da família Carvalho, que estava em luta com a família Pereira, protetora da família de Virgulino.

Em 1916 Padre Pereira, chefe da família dos Pereiras, foi morto por um Carvalho. Os Pereiras, chefiados por Sinhô Pereira, constituíram um bando ao estilo clássico dos vingadores de desavenças familiares e passaram a percorrer o sertão pernambucano.

Foi neste clima que ocorreu de um dos cunhados

de José Ferreira, inspetor de quarteirão da localidade onde moravam, prender um dos moradores de José Saturnino sob suspeita de estar roubando cabra dos Ferreiras. José Saturnino, sentindo-se diminuído pela autoridade, passou a hostilizar os Ferreiras. Em 1917, conta-se, um empregado de Saturnino chegou a disparar sobre Virgulino e um de seus irmãos, Livino.

José Ferreira tudo fez para evitar o mal maior. Chegou mesmo a mudar de Serra Talhada para o povoado de Nazaré e fez um acordo com Saturnino, segundo o qual nenhum freqüentaria a vizinhança do outro. Mas, diz-se, Saturnino rompeu o acordo ao montar uma provocação contra Virgulino na feira de Nazaré, quando a polícia, incitada pelo desafeto, tentou desarmá-lo. Os Ferreiras abriram fogo, Livino foi preso, diligências policiais foram efetuadas e processos instaurados.

Quando Livino foi solto, os Ferreiras se mudaram novamente, desta vez para Alagoas, para Mata Grande. Mata Grande era o refúgio dos Pereiras, perseguidos pelos Carvalhos. Era 1919. Os irmãos Antonio, Livino e Virgulino uniram-se ao primo Antonio Matilde e, num grupo de 15 homens, foram à fazenda de José Saturnino tirar desforra: colocaram fogo nas casas e mataram o gado.

Perseguidos pela polícia de Alagoas, os irmãos Ferreira seguiram para Pernambuco e o primo Antonio Matilde para a Paraíba. O pai, José Ferreira, em face da doença e morte da mulher, resolveu ficar em Mata Grande. Dezoito dias depois sua casa foi

cercada por uma volante comandada pelo Sargento José Lucena e, ao final do tiroteio, José Ferreira estava morto...

Antonio, Livino e Virgulino, informados do ocorrido, retornaram para Alagoas. Virgulino, que tinha ascendência sobre os demais, abraçou os seis irmãos menores e traçou os planos para a família. Virando-se para João, então com 18 anos, disse: "João, você vai cuidar de nossas quatro irmãs e de Ezequiel. Vá embora daqui, vá viver em paz". Para os demais, disse: "Perdemos tudo, não perdemos? Agora, é matar até morrer".

Em 1920 os três irmãos mais velhos já faziam parte do bando de Luiz Padre e Sinhô Pereira, percorrendo os sertões de Pernambuco, Alagoas e Ceará. Data desta época a adoção do nome de guerra — Lampião — dado por Luiz Padre quando, num combate com a volante, a espingarda de Virgulino "não deixou de ter clarão, tal qual um lampião".

Lampião, com o tempo, tornou-se o braço direito de Sinhô Pereira. De tal forma que, quando este, seguindo o exemplo de Luiz Padre, resolveu em 1922 abandonar o cangaço para tentar nova vida em Goiás, deixou para Lampião a tarefa de liquidar seus dois maiores inimigos: o cunhado João Nogueira e o comerciante Luiz Gonzaga de Souza Ferreira. Lampião procurou executar a tarefa fielmente; logo liquidou Luiz Gonzaga, Prefeito de Belmonte. Ao procurar João Nogueira não o encontrou, matando seu pai e outros membros da família. Em conseqüência, muitos dos Nogueiras entraram para a polícia de

Pernambuco para dar caça ao bandido.

Livre da tarefa com a qual fora investido na condição de chefe do bando, Lampião instalou-se em Triunfo, passando a viver sem ser incomodado e com a proteção das autoridades locais. Quando houve, porém, uma reviravolta na política, resultando na morte do prefeito municipal, Lampião sentiu-se na obrigação de vingar seu protetor. Reuniu cinqüenta homens e pôs em fuga os duzentos soldados que protegiam os mandatários do crime. Depois, andou pela região da Princesa, na Paraíba, onde foi festejado pela população local ao atacar a poderosa família Dantas e seus aliados. Como fruto dessas proezas arranjou mais um importante inimigo: o fazendeiro Clementino Furtado, o popular *Sargento Quelé*.

Afora um ou outro combate, Lampião passou os anos de 1923 e 1924 "amando, gozando e querendo bem", como dizia. No combate ao pé da Serra da Baixa Verde, onde ficou acoitado durante meses até ser descoberto pelos homens de Quelé, que haviam torturado um coiteiro, Lampião foi ferido, tendo sido salvo pelo cangaceiro Meia-Noite, que o conduziu a um esconderijo até a cura completa.

Em 1925, vestidos de soldados, os cangaceiros entraram no povoado de Custódia, onde extorquiram dinheiro da população. Depois Lampião foi à farmácia pedir remédio para dor de cabeça e para que o boticário fizesse curativo em dois de seus homens feridos em combate. Atendido em seu desejo, Lampião sacou de um bloco de papel e um vidro de tinta que trazia no embornal e escreveu um bilhete que

deu ao farmacêutico, dizendo que "com essa ordem" nenhum cangaceiro, dali por diante, lhe faria mal: era só mostrar o bilhete e ficar garantido. Estava instituído o "salvo conduto" ou "passe", que Lampião distribuiria fartamente entre os seus protegidos, em pagamento de favores prestados e prova de gratidão.

Nesse mesmo ano Lampião fez um pacto de não agressão com um cunhado de José Saturnino, de nome Vicente Moreira. Lampião, ao dar combate ao inimigo, ficara impressionado com sua valentia. Depois deste gesto cavalheiresco, invadiu e saqueou Cabrobó, seguindo para Flores, onde invadiu a fazenda de um certo Zé Calú e o castrou porque, dizia-se, o velho havia violentado a própria filha.

No entanto, o episódio mais importante para o cangaceiro, no ano de 1925, foi a morte de seu irmão Livino. Depois da passagem do grupo pelo município de Flores, marcharam para São João dos Leites, onde pretendiam passar algum tempo sob proteção do coiteiro coronel José Jósimo. Seguidos de perto por um destacamento da polícia, houve o combate em que tombou Livino, tendo os inimigos se apoderado do cadáver. Livino foi degolado pelos soldados, seu corpo abandonado aos urubus e a cabeça espetada num mandacaru perto de Jericató. Com a perda do irmão, Lampião deixou crescer o cabelo e adotou novos requintes de violência com suas vítimas.

Talvez em função deste trágico episódio familiar, em 1926 o cangaceiro dava mostras de pretender abandonar a "vida de crimes". Conta-se que já em

janeiro havia comprado uma fazenda perto de Vila Bela, em Pernambuco.

Concretamente, porém, a maior evidência dos propósitos do cangaceiro refere-se à visita que fez em abril ao Juazeiro do Padre Cícero. Lampião, como todo nordestino, admirava e respeitava profundamente o padre. Este, por sua vez, como importante chefe político que se havia tornado, estava sendo instado pelo governo federal a auxiliar na perseguição à Coluna Prestes. Contra os "revoltosos", a União esperava que os coronéis organizassem os chamados "batalhões patrióticos", compostos de jagunços e financiados pelo governo.

É difícil se aceitar a versão segundo a qual o padre mandou chamar Lampião para integrar um "batalhão patriótico". De qualquer forma, é inegável que o cangaceiro entrou triunfalmente na cidade, sem ser molestado pelas autoridades. Mais do que isso, recebeu alguns fuzis *Mauser* e munições, além de uma credencial, nos seguintes termos, assinada pela "mais alta autoridade federal" que foi encontrada:

"*Nomeio, ao posto de capitão, o cidadão Virgulino Ferreira da Silva, a primeiro tenente, Antonio Ferreira da Silva, a segundo tenente, Sabino Barbosa de Melo, que deverão entrar no exercício de suas funções logo que deste documento se apossarem. Publique-se e cumpra-se. Dado e passado no Quartel-General das Forças Legais em Juazeiro, 12 de abril de 1926.* (a) Pedro de Albuquerque Uchôa."

A autoridade que assinava tal documento não

passava de um inspetor local do Ministério da Agricultura, o que desprovia a declaração de qualquer caráter legal, mas lhe garantia uma pompa capaz de satisfazer os caprichos do cangaceiro.

Lampião pensava ter conquistado desta forma a anistia do governo. Para ele, o tal Pedro de Albuquerque era um representante legítimo do Presidente da República... Passeou, portanto, durante dias em Juazeiro, sendo cercado do carinho popular, conforme relatam vários cordéis da época:

"Ali chegou uma velha
Com uma imagem na mão
O repórter e mais alguém
Prestaram toda atenção,
Disse a velha paciente
Eu trago aqui um presente
Pro Coroné Lampião.

Disse a velha aqui eu trago
Remédio prá sua dor
Guarde consigo esta imagem
E tenha fé no Criador,
Pelo poder do Messias
Inda brigando dez dias
Bala não fere o senhor."

Lampião saiu de Juazeiro envergando fardas semelhantes à do exército, que mandara confeccionar, com ares de capitão legalista, e à frente de uma tropa razoável. Mas a Coluna Prestes contava cerca

de 3 000 homens... O combate poderia ser desastroso para o cangaceiro. Além disso, ao pernoitar na fazenda de um coronel seu amigo, foi esclarecido que a credencial que levava consigo nada valia, nem tampouco significava a anistia. Decepcionado, abandonou a perigosa empreitada e se propôs voltar para sua fazenda perto de Vila Bela. Entretanto, não conseguiu entrar no estado de Pernambuco, tamanha era a movimentação de tropas do exército, das volantes, dos batalhões patrióticos e dos "revoltosos". Preferiu ficar perto da Serra de Uman, participando com seus quarenta e cinco cangaceiros de uma quermesse em homenagem à padroeira, festa que durou nove dias.

Em fins de 1926 ou começos de 1927 Lampião perdeu o irmão Antonio. Segundo uns, teria morrido em combate, segundo outros numa briga de jogo com o cangaceiro Luiz Pedro. Seja como for, Lampião não se vingou em Luiz Pedro que, mais tarde, viria a morrer em combate a seu lado. Dos irmãos de Lampião, além de João que cuidava das irmãs, restava Ezequiel que, ao completar 15 anos, fez questão de ingressar no bando, onde recebeu a alcunha de *Ponto Fino* por ter se revelado um grande atirador.

Depois da morte de Antonio, Lampião ficou algum tempo escondido no vale do Pajeú, até que resolveu dar uma grande demonstração de seu poderio e atacar a cidade de Mossoró, no Rio Grande do Norte. Tamanha ousadia se deu em meados de 1927. Mossoró, à época, já era um importante centro sertanejo: sede de vários serviços públicos, contava com

estabelecimentos bancários e uma imprensa regular, além de clubes, cinemas e um próspero comércio.

Lampião preparou longamente o ataque. Armou mais de cinqüenta homens e mandou um recado ao prefeito de Mossoró: exigia quatrocentos contos de réis para abandonar o propósito de saquear a cidade. O prefeito e a população resolveram resistir e se prepararam para o combate. O cangaceiro, ao se aproximar de Mossoró, foi criando o clima de intimidação: incendiou os povoados de Apodi, Areia Branca, Pau dos Ferros e Martins. Conta-se, porém, que, ao avistar Mossoró, teria murmurado: "Não é bom prá cangaceiro atacar cidade que tem mais de uma igreja".

Divididos em três grupos, investiram contra a cidade por flancos diferentes. Mas Mossoró resistiu. O máximo que Lampião e seus homens conseguiram foi fazer três prisioneiros importantes pelos quais obtiveram cinqüenta contos de resgate.

Um folheto da época assim celebrava o grande feito, não do cangaceiro, mas da cidade heróica:

"Mossoró de hoje em diante
Fica célebre na história
Tem um chefe denodado
A cidade tem a glória
Com coragem e heroísmo
Enfrentaram o banditismo
E contaram essa vitória."

Os ventos pareciam começar a mudar. Durante

1928 Lampião dispersou seu bando, como a melhor tática para amainar a perseguição policial. Além disso, foi ferido num combate e, pela segunda vez, tentou abandonar a vida do cangaço. Refugiado no norte do sertão da Bahia, pôs-se a serviço do rico fazendeiro da região, o coronel Petronilho, que lhe entregou armas, homens e grandes campos de gado para cuidar. Segundo Optato Gueiros, um dos mais célebres perseguidores de Lampião, na fazenda do coronel Petronilho "Lampião passou seis meses como se fora um turista arquimilionário. Ali juntou-se com diversos bandidos e criminosos, inclusive Corisco e Antonio de Ingrácia, atraídos por tão regalada vida. Aos bandidos juntou-se um grupo — homens e mulheres de má catadura —, aumentando assim o número para mais de 100 pessoas".

O cangaço parecia tornar-se sedentário. O "Capitão Virgulino" fazia-se novamente famoso não pelos requintes de violência, mas por sua bondade e prodigalidade; era chamado a opinar sobre questões de terra e de gado entre os sertanejos para os quais sua palavra era a lei. Organizava rodeios e festas bastante concorridas. Vez por outra a polícia pernambucana tentava atingi-lo em seu refúgio, mas enfrentava a oposição dos coronéis baianos que preferiam o cangaceiro pacífico à violência das volantes. Por vezes Lampião ia a Geremoabo e, sem ser molestado, passava dias a conversar com o prefeito, o delegado e o juiz.

Data dessa época o início do relacionamento entre Lampião e Maria Bonita. Filha de um fazen-

deiro de nome João Casé e de Maria Déia, tinha a moça dezenove anos e vivia com um sapateiro, em Santa Brígida. Enamorada de Lampião sem conhecê-lo, não fazia segredo de sua admiração pelo cangaceiro. Luiz Pedro, do bando de Lampião, conhecia a moça e foi seu mensageiro junto ao "Rei do Cangaço".

Um belo dia Lampião surge na casa do sapateiro e ouve de sua mulher: "— Como é, quer me levar ou quer que eu o acompanhe?". O cangaceiro respondeu: "Como você quiser, Maria, eu também quero". Maria pegou uma coberta, dois embornais e partiu com Lampião. Dessa data em diante vários outros cangaceiros arrumaram companheiras e passaram a andar com elas no bando.

Durante os anos de 1929 a 1930 Lampião continuou tranqüilamente nos sertões da Bahia, combatendo por vezes com a polícia de Sergipe. O único fato significativo a se registrar nesta época foi o seu desentendimento com o coronel Petronilho que, de protetor, passou a ser seu inimigo. A desavença, ao que se parece, teve origem em questões de gado.

Em fins de 1930 novamente voltou a agir. A Revolução em seus primeiros dias apresentava-se sem condições de perseguir o cangaço. Pelo contrário, prenunciava bons tempos para os cangaceiros, uma vez que as tropas sertanejas tiveram que ser desviadas para lutar no sul do país. Lampião, aproveitando-se da situação, atacou Capela, em Sergipe, e regressou à Bahia onde incendiou o povoado de Várzea da Ema e a fazenda Gangorra, do coronel

Petronilho, que havia ficado durante tanto tempo sob sua guarda. Em seguida, buscando fugir à vingança do coronel, Lampião teve que se internar no Raso da Catarina — um verdadeiro deserto no interior da caatinga, absolutamente inexpugnável pelas tropas da polícia, que não se aventuravam a ingressar naquele emaranhado de xiquexique, mandacaru, macambira e gravatá.

No Raso da Catarina, perto de Jeremoabo e Monte Santo, Lampião conservou apenas alguns poucos companheiros: Corisco e sua mulher Dadá, Volta Seca, seu irmão Ezequiel Ponto Fino, Arvoredo e sua companheira Dalva e uma moça que servia de empregada de Maria Bonita. Deste coito natural vez ou outra saía para incursionar nos povoados vizinhos e combater os inimigos, retornando em seguida para o Raso, onde era sustentado por alguns aliados como o coronel João Sá, de Jeremoabo, ou o chefe político de Santo Antonio da Glória.

Em 1932 os interventores da Bahia, Alagoas, Sergipe e Pernambuco, liderados pelo interventor baiano Juracy Magalhães, lançaram a *Campanha de Combate ao Banditismo*, colocando a prêmio a cabeça dos principais cangaceiros e unificando o comando policial de perseguição a Lampião. Além disso, os chefes militares resolveram evacuar a área sertaneja em que atuavam os cangaceiros, obrigando os camponeses a ficarem na sede dos municípios, só podendo visitar suas casas e propriedades munidos de salvos-condutos fornecidos pela polícia. Esta operação tática da repressão ficou conhecida pelo nome

de "seca de João Miguel", que era o nome do oficial que comandava a manobra.

Os tempos definitivamente estavam se tornando difíceis. Entre 1932 e 1936 Lampião foi obrigado a dividir seu bando em três grupos menores: um comandado por si próprio, outro por Corisco, o Diabo Loiro, e o terceiro por seu cunhado Virgínio, apelidado de Moderno. Os três subgrupos, cada um controlando uma zona do sertão, desfechavam ataques simultâneos a vários objetivos na tentativa de confundir a polícia. Lampião, chefe de todos, atuava na região de Sergipe tal qual um oficial-general: traçava planos, determinava tarefas e avaliava o desempenho de seus companheiros.

Data também deste período a morte de Ezequiel. Além disso, Lampião estava definitivamente cego de um olho que havia ferido num espinho de jurema. Maria Bonita insistia junto ao cangaceiro para que comprassem uma fazenda longe dali e abandonassem a vida incerta do cangaço. Para tanto era necessário dinheiro e, pois, prosseguir com os assaltos realizados pelos vários subgrupos que, estima-se, contavam à época com cerca de 90 homens.

Em 1937, durante a divisão do botim de um assalto, Lampião se desentendeu com seu principal lugar-tenente: Corisco. O Diabo Loiro resolveu então andar com sua gente por conta própria, desligando-se do chefe. Lampião permaneceu em Angicos, instalado na fazenda do coronel Antonio Carvalho, fiel coiteiro, enquanto Corisco intensificava as ações nos estados de Alagoas e Sergipe. Começou a correr a

notícia da morte de Lampião, vítima de tuberculose. Seu nome já era um mito.

Mas de fato os dias de Lampião estavam contados. Em junho de 1938 o cabo João Bezerra prendeu o comerciante Pedro Cândido, alagoano de Piranhas, suspeito de ser fornecedor de Lampião. Torturado, Cândido confessou sua ligação com o bandido e informou de seu paradeiro. Ato contínuo, a tropa caiu de surpresa sobre o esconderijo de Angicos e massacrou o pequeno grupo de onze cangaceiros: além do Rei do Cangaço morreram Maria Bonita, Enedina, Luiz Pedro, Caixa de Fósforos, Elétrico, Mergulhão, Sexta-Feira, Diferente, Cajarana e um outro, não identificado, que ficou sendo chamado de "Desconhecido".

Mortos, os cadáveres foram saqueados e decapitados e as cabeças colocadas, como troféus, em latas de querosene com água e sal grosso. Após terem ficado em exposição no quartel da polícia de Maceió, foram finalmente levadas para o Instituto Antropológico e Etnográfico da Bahia onde, mumificadas pelo processo egípcio, passaram a fazer parte do acervo do Museu Nina Rodrigues, lá permanecendo até serem enterradas muitos anos mais tarde.

"Ti'ntrega, Corisco!"

Com a morte de Lampião o cangaço chegava ao fim. Os sertanejos sabiam disso e a polícia também. Os governadores dos estados que haviam se unido

para exterminar este "cancro social", aproveitando-se da euforia dos vitoriosos e do desânimo entre os cangaceiros, prometeram um perdão geral a todos que depusessem as armas. O antigo bando de Lampião, fragmentado em pequenos grupos, não tinha quem lhe unificasse as vontades. Ângelo Roque, forte candidato a suceder Lampião, aceitou as condições para a rendição e foi seguido por dezenas de outros cangaceiros.

Somente Corisco recusou a rendição. Ele havia ficado indignado com a morte de Lampião e com a humilhação a que os cadáveres haviam sido submetidos. Menos de uma semana após o trágico desfecho de Angicos, Corisco realizou ataques fulminantes às cidades ribeirinhas do São Francisco, depredando e incendiando Poço das Trinheiras, Maravilha, Mata Grande, Água Branca e Pedra. Suspeitando que o vaqueiro Domingos Ventura fosse parente do traidor Pedro Cândido, invadiu sua casa e o degolou juntamente com cinco filhos e a mulher, poupando apenas a vida de quatro crianças, netas do vaqueiro, para que "contassem a história". Corisco reuniu as cabeças num saco de estopa e, acompanhadas de um bilhete desaforado, mandou-as de presente ao cabo Bezerra, advertindo que "se o negócio é de cabeças, vou mandar em quantidade", além de jurar matar todo indivíduo cujo sobrenome fosse Bezerra.

Como herdeiro de Lampião e imbuído da tarefa de vingar a morte do ex-chefe e amigo, Corisco prosseguiu lutando mais dois anos, sempre perseguido pelo coronel José Rufino que, de seu quartel-general

em Jeremoabo, havia conseguido a rendição de Ângelo Roque.

Mas Corisco, ferido na mão em um combate com a polícia, se internou na caatinga juntamente com sua mulher Dadá na tentativa de abandonar o sertão e recomeçar a vida. José Rufino, homem obstinado, teve conhecimento do projeto do cangaceiro e o perseguiu. Em novo combate, Corisco preferiu a morte a se entregar. Dadá foi ferida, vindo a perder uma perna. Isso foi em julho de 1940.

Dadá vive ainda hoje em Salvador, testemunha viva de que o cangaço não se dissolveu, mas foi dizimado; porque os verdadeiros homens morrem mas não se rendem...

A VIDA NO CANGAÇO
E O CANGAÇO
COMO MODO DE VIDA

O escritor Graciliano Ramos, que conheceu pessoalmente Antonio Silvino, certa vez escreveu: "Lembro-me dos seus antigos subordinados, viventes mesquinhos que ele submetia a uma disciplina rude. Nas visitas ao velho José Paulino, ficavam no alpendre, encolhidos, silenciosos como colegiais tímidos, enquanto lá dentro o chefe conferenciava com o proprietário. Certamente esses pobres seres, anônimos, sem menção nas cantigas de violeiros, desfizeram-se na poeira social, mas o seu comandante está rijo, palestrando com um neto do coronel, não muito diferente do que há trinta anos. Penso na distância enorme que os separava do patrão".

Depois de termos visto de forma sintética a trajetória dos principais bandos de cangaceiros, cen-

trando o relato na figura de seus chefes, convém voltar os olhos para esta gente miúda que constituía a massa da cangaço, gente anônima que, aos milhares, sustentou a existência dos vários bandos durante quase um século. Afinal, o que os levava a ingressar no cangaço e o que esperavam deste modo de vida?

Homens como Jesuíno Brilhante e Antonio Silvino, dizia ainda Graciliano Ramos, tinham sempre alguma coisa a perder: "terras ou fazenda, pelo menos um nome, valor tradicional no sertão. Por isso lutavam não pela demolição das instituições, mas pela sua preservação e eram, de certa forma, elementos da ordem. Não combatiam a propriedade em si, mas a propriedade de seus inimigos". Este "projeto de vida", ainda que "fora-da-lei", ordenava o comportamento do grupo, sendo que os que os acompanhavam, quando não eram parentes, e portanto totalmente identificados com o chefe, mais se aproximavam da categoria de meros servidores de um patrão ou coronel muito especial.

Aliás, a palavra "patrão" sempre foi corrente entre os grupos de cangaceiros como designativo do chefe, evidenciando que a estruturação dos bandos se dava a partir de relações de dominação. O chefe não só selecionava seus homens a partir de atributos que julgava indispensáveis, como também os armava, atribuía-lhes nomes-de-guerra e determinava as normas de comportamento que regiam o coletivo e suas relações com a população. Além disso, monopolizava os contactos com os coronéis, os coiteiros e os fornecedores, de tal sorte que não existia outro princípio

organizador do cangaço que não a hierarquia piramidal centrada na figura do chefe. Assim como os trabalhadores do eito diziam, para se identificar perante estranhos, "sou gente do coronel Fulano", os cangaceiros se identificavam dizendo "sou gente de Antonio Silvino", de Lampião, de Corisco. A ordem patriarcal contra a qual lutavam se reinscrevia, subrepticiamente, dentro do próprio cangaço, reproduzindo as relações vigentes na sociedade.

Mas a existência dos bandos de cangaceiros propiciava formas originais de projeção social. Participando de um bando, um elemento da massa que fosse dotado de certos atributos pessoais — como inconformismo, valentia, coragem e destreza no manejo de armas — podia muito bem passar a ser um elemento ativo na solução de uma série de situações conflitivas envolvendo questões como a honra ultrajada, violências sexuais, pendências em torno de propriedades, etc. Tinha acesso a uma quantidade razoável de dinheiro e a outros símbolos de *status*, como belas roupas, perfumes, anéis e mulheres. Podia por vezes se encontrar em situações que lhe permitissem falar de "igual para igual" com seus antigos opressores, os coronéis.

Um indivíduo dotado de certa liderança poderia, com o tempo, ir tecendo sua própria rede de apoios entre a população civil e recrutar pessoas dispostas a andar consigo, de modo a poder se desligar do antigo chefe e constituir seu próprio grupo. Esta era, via de regra, a trajetória dos subchefes. Na verdade os grandes bandos, reunidos para uma grande

ação, como invadir uma cidade ou realizar uma incursão na fazenda de um coronel poderoso, eram formações transitórias que mais se assemelhavam a uma confederação de pequenos grupos compostos de cinco ou seis cangaceiros. Nos anos finais do cangaço esta foi a regra, inclusive como forma de escapar à repressão.

Mas os "paisanos" (assim eram chamados os que não pertenciam à polícia nem aos bandos de cangaceiros) que optassem por viver "debaixo do cangaço" deveriam estar cientes de que esta era uma decisão praticamente irreversível. Como vimos, foram poucos os chefes que lograram sucesso em abandonar este tipo de vida quando assim o desejaram. Para o cangaceiro raso era praticamente impossível. Daí a noção de que o cangaço se inscreve na vida das pessoas como "sina" ou "destino". Era necessário abandonar definitivamente a pretensão de se levar uma vida regular, afastar-se o mais possível da família, para evitar que a repressão policial recaísse sobre ela.

Entretanto, juntar-se ao cangaço nem sempre se explicava pela inevitabilidade de uma situação particularmente conflitiva vivida por um sertanejo. A busca de *status* passou a ser um importante fator na medida em que o cangaço foi se *profissionalizando*, especialmente ao tempo de Lampião. Isso explica, por exemplo, que um grande número de recrutamentos fosse feito entre adolescentes e pré-adolescentes: foi o caso de Volta Seca, que ingressou aos 11 anos; Dadá, aos 13; Criança, aos 16, e assim por

diante. Dadá, por sinal, foi praticamente seqüestrada por Corisco. Seu pai conseguiu esconder o fato durante cinco anos, mas quando a verdade se tornou pública a família sofreu na carne as conseqüências. Segundo ela, as volantes acabaram com tudo: "bateram nos meus irmãos, cortaram a orelha de meu pai, queimaram a casa, os meninos de 8 anos, de 7, de 6, arrancaram as unhas de ponta de faca, prenderam minha mãe com as crianças todas, as meninas... minha mãe, passaram cinco dias presas sem água, sem pão..."

Por isso, quando o "paisano" entrava no bando recebia do chefe armas e apelido e se metamorfoseava em cangaceiro. Começava uma nova vida. Sair do bando era algo difícil e mal visto, até mesmo quase impossível, uma vez que a família de que provinha o cangaceiro era obrigada a se refugiar nas cidades para fugir à fúria das volantes, e os cangaceiros passavam a ser pessoas "desenraizadas". Os chefes também procuravam dificultar a deserção. Uma das formas eram as "gritadas", isto é, quando havia um enfrentamento com a polícia, os cangaceiros gritavam o próprio nome, filiação e local de origem, num desafio de coragem que simultaneamente os delatava perante o inimigo. Quando o cangaceiro não se identificava, o chefe o fazia. Tal prática era valorizada pelo grupo não como uma delação, mas como uma forma de fazer "crescer o nome", se tornar famoso e temido.

Como uma organização relativamente estável e segregada do mais amplo convívio social, os bandos

de cangaceiros organizavam suas próprias festas, jogos e brincadeiras. Gostavam de dançar, beber, jogar cartas, etc. Quando era possível, participavam desses eventos nas casas de seus protetores ou em vilas onde se sentissem seguros. Na vida cotidiana do grupo eram muito brincalhões e divertidos, segundo relatos dos sobreviventes.

Apesar disso, havia sempre o risco de uma brincadeira logo se transformar num desafio e descambar para uma briga, resultando em morte. Briga em torno da posse de bens materiais, desentendimentos em jogos, por causa de mulheres, etc. Oportunidades em que o chefe intervinha como juiz da situação e impondo punições aos "desordeiros". A violência permeia as relações pessoais entre os sertanejos e não haveria de estar ausente nos bandos de cangaceiros. O desafio, o enfrentamento, se afiguravam como situações geradas por motivos fúteis nas quais os indivíduos tinham oportunidade de se afirmarem enquanto *pessoa integral*, isto é, negar a condição inerente à existência marcada pela *dispensabilidade*, que sempre caracterizou a inserção social do homem livre e pobre do sertão, do agregado, do morador "de favor".

Inversamente, quando os cangaceiros caíam sobre suas vítimas quase sempre as submetiam a tratamentos com vistas a desumanizá-las, violentando-as na condição de *pessoa*. As vítimas eram "castradas *como porco*", marcadas a ferro "*como gado*", marcadas a faca nas orelhas "*como bode*". Os policiais eram chamados "*macacos*". Ao remeter as vítimas e

os inimigos ao mundo animal, ainda que simbolicamente, os cangaceiros pretendiam evidenciar que tais pessoas eram indignas de continuarem vivendo, além de realizarem uma afronta extensiva a toda a sua família. José Baiano, um negro que andou no bando de Lampião, tido como dos mais cruéis, marcava o rosto das mulheres "modernas" com um ferro em brasa com as iniciais de seu nome — JB. Quantas vítimas dos cangaceiros não pediam para serem mortas a tiro de fuzil? No entanto a morte limpa, honrada, era algo que só se permitia aos *iguais*, a homens valorosos como os cangaceiros... fossem eles jagunços, coronéis ou policiais.

Mas, na medida em que o terror se generalizou como forma de sustentação da existência *profissional* do cangaço, especialmente à época de Lampião, ele foi corroendo as próprias bases de apoio desta forma de banditismo. Um dos cangaceiros do bando de Lampião conta como se sentia quando ainda era "paisano": "todo mundo tinha medo de cangaceiro, eu mesmo tinha medo. Quando ouvia falar — Lampião passou por tal lugar, assim, vige! Então a gente assustava, não tinha quem não tinha medo. A gente fugia deles... Os paisanos tinham medo da polícia e dos cangaceiros. A polícia queria notícias, queria o rumo dos cangaceiros e eles castigavam o morador, porque as pessoas tinha que dar parte dos cangaceiros. E o paisano tinha medo das duas partes". Aos olhos do sertanejo comum, premido entre duas forças, a luta do cangaço contra a polícia e vice-versa acabou por se *autonomizar*: passaram a ser prati-

camente equivalentes a volante e os bandos de cangaceiros, ao menos em termos do sofrimento que era imposto à população, como a "seca de João Miguel" em 1932, os saques, as torturas; corroendo-se assim a solidariedade que é indispensável para a existência do cangaço. Ao procurar responder a dificuldades crescentes para sua continuidade, impondo-se através do terror, o cangaço se transformou, gradativamente, numa forma de dominação: afinal, os únicos beneficiários do terror eram o próprio grupo e os coronéis eventualmente a ele aliados.

O papel das mulheres no cangaço

Talvez um dos aspectos mais interessantes da vida no cangaço tenha sido a participação das mulheres. Via de regra, antes do bando de Lampião não se tem notícia de que mulheres tenham andado "debaixo do cangaço". Quando um cangaceiro se apaixonava, procurava deixar sua mulher em lugar seguro, sob a guarda de alguém de confiança, visitando-a periodicamente. Foi o caso de Antonio Silvino em relação a Tita.

O novo comportamento frente às mulheres só se verifica a partir de 1928, quando Lampião permite a Maria Bonita acompanhá-lo no bando. Segundo Dadá, "sertaneja achava bonito mesmo era bandido, tudo enfeitado, tudo perfumado, tudo cheio de coisa. Aí elas iam na onda". Além deste tipo de atração, a vida no cangaço permitia às mulheres escaparem das

duras tarefas da vida no campo.

Mesmo antes dessa abertura, o lado lúdico do cangaço sempre exigia a presença feminina. Após um período de intensa atividade, uma ação de maior envergadura, o descanso numa fazenda, num coito, só era plenamente satisfatório se houvesse a participação feminina. Embora a regra fosse não violentar mulheres e um comportamento duro frente à prostituição, o bando de Lampião se afastou progressivamente deste parâmetro do cangaço. Era bastante comum, nas festas e nas fazendas onde chegavam os cangaceiros, estes se apropriarem de mulheres, casadas ou não, para se divertirem. Não que fossem prostitutas, mas eram as chamadas mulheres "modernas".

É bastante provável que a entrada no bando significasse, para aquelas mulheres, a preservação de uma certa respeitabilidade, a legalização de uma relação que a sociedade só podia admitir como estável para que não se confundisse com a imagem moralista da "mulher de vida fácil". Dadá, que foi raptada por Corisco aos 13 anos, assim via sua nova situação: "Todo mundo me respeitava, vinha grupos inteiros à procura de Corisco, prá eu costurar, prá eu bordar, prá tudo. Se tinha uma mulher prá ter criança, vinha procurar a mim porque eu assistia, era assim. No grupo todo mundo me respeitava, eu era quem ajeitava tudo, era quem dava àquele povo as coisas que precisava. Era 'comadre Dadá, venha cá' na hora de distribuir a bóia. Eu fui como uma chefa...".

Além da vida sexual, o ingresso das mulheres no

bando permitiu a redivisão do trabalho e a reprodução dos padrões sertanejos correntes no interior da comunidade nômade que se sentia sem perspectivas de voltar a se tornar sedentária. As mulheres não eram "guerreiras" e tinham somente armas de defesa, armas curtas. Eram "defendidas" pelos homens de quem eram companheiras, amantes e serviçais. Algumas chegaram a ser mães de crianças que entregavam a pessoas de confiança, em geral influentes e "recursadas", para criá-las.

Dentro do próprio grupo exigia-se o maior respeito às mulheres dos companheiros. Conta-se, por exemplo, o caso de Lídia, mulher de Zé Bahiano, morta por este a cacetadas por tê-lo "traído" com o cangaceiro Besouro, que teve o mesmo destino sob os olhares de aprovação de Lampião.

Os sertanejos, por sua vez, encaravam como fato positivo a existência de mulheres no bando. Era a elas que em geral se dirigiam os pedidos de clemência e, não raro, intervinham junto aos cangaceiros, funcionando como um freio à violência. Além disso, a presença das mulheres significava uma garantia para as filhas e mulheres dos sertanejos surpreendidos por um ataque do bando. Uma garantia de respeito.

O FIM DO CANGAÇO E SUA SOBREVIVÊNCIA ATRAVÉS DA ARTE

O ciclo do cangaço, enquanto uma forma de movimento social, se encerra, como vimos, em 1940, com a morte de Corisco. Seu fim é uma decorrência da Revolução de 1930, embora por várias razões tenha durado ainda dez anos.

Para a vida sertaneja, o movimento revolucionário significou a possibilidade de um novo ordenamento do Estado, incorporando em suas atividades, ainda que de forma subalterna, aqueles setores das classes dominantes regionais que, desde o fim do Império, viviam uma situação de marginalidade que sempre operou como fonte de instabilidade política. Com efeito, a Revolução de 30 atendeu a certas reivindicações regionais, de forma a garantir a adesão dos grandes proprietários rurais. O combate às secas

foi assumido pelo Governo Provisório como uma tarefa da União, um desafio posto à toda a Nação, e não mais apenas às elites regionais. Criaram-se vários programas de defesa do algodão, que concretamente significavam um certo protecionismo em relação à produção nordestina, além da garantia de abertura de uma série de linhas de crédito. No tocante ao açúcar, criou-se o Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA), através do qual o intervencionismo estatal desempenhava um papel regulador na produção e distribuição, nos moldes do que ocorria com o café desde os primeiros anos da República.

Do ponto de vista político, essas concessões econômicas tiveram como contrapartida a intervenção decidida da Revolução no sentido de desarmar os coronéis, submetendo-os ao Estado, que daí em diante deteria o monopólio exclusivo no uso da violência. Poderosos coronéis, como Horácio de Matos, foram presos, enquanto outros, como Franklin Albuquerque, chegaram a acordos com os interventores e se comprometeram a desarmar seus homens em troca da promessa de que não seriam perseguidos. Ao sair da cadeia, porém, Horácio de Matos foi assassinado. Eram os novos tempos.

Num contexto como aquele seria inadmissível supor que bandos de cangaceiros independentes pudessem continuar a agir impunemente, a semear o terror entre a população e a desafiar coronéis desarmados. A *Campanha de Desarmamento do Sertão* teve, pois, como complemento, a *Campanha de Combate ao Banditismo*, através da qual os interven-

tores puseram a prêmio a cabeça dos principais cangaceiros, ao mesmo tempo em que acenavam com o perdão para os que depusessem as armas.

Mas, como vimos, as agitações no sul do país exigiram deslocamentos de tropas, como a Revolução de 32 em São Paulo, deixando o sertão momentaneamente desguarnecido. Os cangaceiros, que encontraram aí uma oportunidade para se movimentar e agir com maior desenvoltura, também são unânimes em reconhecer que este vazio gerou um tipo de repressão para o qual não estava preparados.

Dada a ausência da Força Pública e do Exército, os interventores autorizaram a formação de tropas irregulares com o fim precípuo de dar combate ao cangaço. Eram as volantes de *contratados*. Os "contratados" eram sertanejos comuns, afeitos à vida na caatinga, que conheciam profundamente os hábitos dos cangaceiros e, por razões várias, estavam dispostos a colaborar com o governo no combate ao cangaço. Afinal, com a intensificação das perseguições, quem mais sofria eram os paisanos, submetidos a torturas e intimidações de ambas as partes. Era um desejo natural, portanto, que o cangaço se extinguisse, diminuindo consideravelmente a faixa de apoio social com que os cangaceiros contavam em meio à população. Muitos coiteiros deixaram de colaborar com os cangaceiros para colaborar com as volantes. Lampião e os demais chefes tiveram, nos últimos tempos, enormes dificuldades para conseguir armas e munições, sendo que as relações com seus fornecedores tornaram-se puramente mercantis.

A liquidação de Lampião e Corisco pôs fim a um *modo de vida* que durante quase um século havia sido uma alternativa para os sertanejos. Liquidou ainda com o "rendoso negócio" que era a perseguição ao cangaço. Com o desaparecimento dos bandos e das volantes de contratados ao sertanejo inconformado, injustiçado, perseguido ou simplesmente numa situação insustentável de miséria restava apenas uma alternativa, que iria crescer de importância daí por diante: migrar para o sul, integrar a enorme leva de homens anônimos que iriam sustentar a expansão do capitalismo industrial que marca o Brasil moderno pós-30.

A simbologia heróica

Apesar de liquidado, o cangaço jamais se resumiu à existência concreta de bandos de homens em armas à margem da lei. Esses homens reais sempre foram expressão do inconformismo e da revolta do trabalhador do eito contra as injustiças e misérias a que estavam submetidos na sociedade patriarcal e latifundiária. O desaparecimento dos bandos não significou a solução desses problemas e, na medida em que eles simbolizavam a esperança em dias melhores, puderam continuar vivos na memória popular.

Os folhetos de cordel, vendidos nas feiras nordestinas, continuaram a cantar as proezas daqueles heróis, tendo inclusive expandindo seu raio de difu-

Capa de livreto de cordel — Luzeiro Editora

são, atingindo os grandes centros urbanos do sul do país, onde se concentram as grandes levas de migrantes nordestinos. Além de se perpetuarem no tempo, se modernizaram: os folhetins mais recentes dão conta de aventuras imaginárias dos cangaceiros envolvidos com as mazelas do mundo moderno.

Mais do que isso, o cangaço conseguiu, aos poucos, se impor à própria sociedade culta e letrada, seja como temática da literatura regional, seja como elemento de um esforço consciente de se construir uma cultura nacional popular.

O primeiro romance em que o cangaço figura como tema é de 1876, *O Cabeleira*, de Franklin Távora. Depois dele, na literatura regional nordestina, seguir-se-ão *Coiteiros*, de José Américo de Almeida; *Os Cangaceiros*, de José Lins do Rego; e vários outros de menor importância, até se culminar com a obra monumental de Guimarães Rosa, *Grande Sertão: Veredas*.

Durante a década de 60, com o avanço do movimento popular que ensejava uma revisão da produção cultural voltada para as camadas médias urbanas, especialmente a pequena burguesia radicalizada politicamente, a temática do cangaço recebeu um novo impulso, tornando-se objeto tanto de ensaios sociológicos como de filmes do *cinema novo* e das artes plásticas.

Como ficou consagrado no ensaio hoje clássico do jornalista Rui Facó, *Cangaceiros e Fanáticos*, o cangaço era visto como um aríete na luta contra o latifúndio e em prol de conquistas democráticas a

serem atingidas através das "reformas de base". Esta concepção, que de certa forma expressava a esperança da própria esquerda por dias melhores, se espraiou pelo cinema de vanguarda, especialmente nos filmes de Glauber Rocha, e nas artes plásticas, como, por exemplo, em Aldemir Martins.

Ou seja, a recuperação da temática do cangaço pelas camadas médias urbanas contemplava a preocupação revolucionária corrente à época com a possibilidade de vislumbrar nas massas nordestinas homens capazes de "defenderem seus direitos de armas na mão". Imaginariamente, parecia desnecessário o trabalho prévio de organização e conscientização como fatores propulsores da mudança. Supunha-se viver uma situação pré-revolucionária e se procurava, ao se recuperar fatos históricos como o cangaço, reunir evidências de uma insurreição popular latente.

De certo modo essa elaboração cultural, além do mérito de fazer com que as camadas inquietas da pequena burguesia se identificassem com a cultura de seu povo, incorria na falácia de que a revolta individual abria caminho para a revolução, de que fazer justiça "com as próprias mãos" era a ante-sala da justiça das massas. Mas não deixava de ser também uma forma de expressar a crença na profunda verdade contida na fala de uma personagem de Guimarães Rosa em *Grande Sertão: Veredas*: "Viver é perigoso". Para os insubmissos, tão perigoso no sertão quanto na cidade...

INDICAÇÕES PARA LEITURA

A literatura sobre o *banditismo social* e o *cangaço* é imensa. Além das obras de ficção já citadas no texto, há livros de história e ensaios sociológicos que merecem ser conhecidos.

Sobre o *banditismo social* destacam-se os trabalhos do historiador inglês Eric J. Hobsbawn, *Bandidos* (Editora Forense) e *Rebeldes Primitivos* (Editora Zahar).

Sobre o cangaço: o ensaio de Amaury de Souza, "O Cangaço e a Política da Violência no Nordeste Brasileiro", publicado na revista *Dados*, nº 10; *Os Cangaceiros*, de Maria Isaura Pereira de Queiroz (Livraria Duas Cidades); *Cangaceiros e Fanáticos*, de Rui Facó (Editora Civilização Brasileira); de Arthur Shaker, *Pelo Espaço do Cangaceiro, Jurubeba* (Editora Símbolo); *Fanáticos e Cangaceiros*, de Abelardo Montenegro (Editora Henriqueta Galeno, Fortaleza) e *Viventes das Alagoas*, de Graciliano Ramos (Edi-

tora Martins).

Como leitura complementar, obviamente, os folhetos de cordel sobre o tema encontráveis em bancas de jornal.

Sobre o Autor

Carlos Alberto Dória formou-se em ciências sociais pela USP em 1972. Fez pós-graduação em sociologia quando, juntamente com Arthur Shaker e Carlos Alberto Ricardo, desenvolveu pesquisa sobre o tema *O Ciclo do Cangaço no Nordeste Brasileiro: 1870-1940*, com financiamentos da FAPESP e da Fundação Ford.

Lecionou antropologia na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo até 1976. É atualmente Assessor Técnico na Assembléia Legislativa de São Paulo.

Foi um dos organizadores do *Cadernos de Debates n.º 1: História do Brasil* da Editora Brasiliense, é autor de vários capítulos da obra coletiva *Brasil História — texto e consulta* da mesma editora. Publicou ainda o ensaio "Religião e Política em Gramsci" na revista *Religião e Sociedade*, nº 3, da Editora Civilização Brasileira, e, juntamente com Carlos Alberto Ricardo, publicou no *Bulletin de la Société Suisse des Américanistes* o estudo intitulado "Populations indigènes du Brésil: Perspectives de survie dans la région dite 'Amazonie légale'".

Caro leitor:
Se você tiver alguma sugestão de novos títulos para as nossas coleções, por favor nos envie. Novas idéias são sempre bem recebidas.

COLEÇÃO TUDO É HISTÓRIA

1 - As independências na América Latina Leon Pomer **2 - A crise do escravismo e a grande imigração** P. Beiguelman **3 - A luta contra a metrópole (Ásia e África)** M. Yedda Linhares **4 - O populismo na América Latina** M Lígia Prado **5 - A revolução chinesa** D. Aarão Reis Filho **6 - O cangaço** Carlos A. Dória **7 - Mercantilismo e transição** Francisco Falcon **8 - As revoluções burguesas** M. Florenzano **9 - Paris 1968: as barricadas do desejo** Olgária C. F. Matos **10 - Nordeste insurgente (1850-1890)** Hamilton M. Monteiro **11 - A revolução industrial** Francisco Iglésias **12 - Os quilombos e a rebelião negra** Clóvis Moura **13 - O coronelismo** M. de Lourdes Janotti **14 - O governo J. Kubitscheck** Ricardo Maranhão **15 - O movimento de 1932** Maria H. Capelato **16 - A América pré-colombiana** C. Flamarion Cardoso **17 - A abolição da escravidão** Suely R. R. de Queiroz **18 - A Proclamação da República** J. Ênio Casalecchi **19 - A revolta de Princesa** Inês C. Rodrigues **20 - História política do futebol brasileiro** J. Rufino dos Santos **21 - A Nicarágua sandinista** Marisa Marega **22 - O iluminismo e os reis filósofos** L. R. Salinas Fortes **23 - Movimento estudantil no Brasil** Antonio Mendes Jr. **24 - A comuna de Paris** H. González **25 - A rebelião Praieira** Izabel Marson **26 - A primavera de Praga** Sonia Goldfeder **27 - A construção do socialismo na China** D. Aarão Reis Filho **28 - Opulência e miséria nas Minas Gerais** Laura Vergueiro **29 - A burguesia brasileira** Jacob Gorender **30 - O governo Jânio Quadros** M. Victória Mesquita Benevides **31 - Revolução e guerra civil espanhola** Angela M. Almeida **32 - A legislação trabalhista no Brasil** Kazumi Munakata **33 - Os crimes da Paixão** Mariza Corrêa **34 - As cruzadas** Hilário Franco Jr. **35 - Formação do 3.º mundo** Ladislau Dowbor **36 - O Egito antigo** Ciro F. Cardoso **37 - Revolução cubana** Abelardo Blanco/Carlos A. Dória **38 - O imigrante e a pequena propriedade** M. Thereza Schorer Petrone **39 - O mundo antigo: economia e sociedade** M. Beatriz B. Florenzano **40 - Guerra civil americana** Peter L. Eisenberg **41 - Cultura e participação nos anos 60** Heloisa B. de Hollanda **42 - Revolução de 1930: a dominação oculta** Ítalo Tronca **43 - Contra a chibata: marinheiros brasileiros em 1910** M. A. Silva **44 - Afro-América: a escravidão no Novo Mundo** Ciro F. Cardoso **45 - A igreja no Brasil-Colônia** Eduardo Hoonaert **46 - Militarismo na América Latina** Clóvis Rossi **47 - Bandeirantismo: verso e reverso** Carlos Henrique Davidoff.

A SAIR:

A Balaiada M. de Lourdes Janotti **A crise de 1929** Alberto Marson **A colonização nas Américas** Fernando Novaes **A civilização do açúcar** Vera Ferlini **A crise do petróleo** Bernardo Kucinski **A cultura na era de Vargas** C. Guilherme Motta **A democracia ateniense** F. M. Pires/Paulo P. Castro **A economia cafeeira** J. R. Amaral Lapa **A guerra dos farrapos** Antonio Mendes Jr. **A guerra fria** Déa Fenelon **A história das corporações multinacionais** Warren Dean **A história do espetáculo e encenação** Fernando Peixoto **A história do P.C.B.** Silvia Magnani **A história do trabalho fabril** Edgar de Decca **A Independência dos EUA** Suzan Anne Semler **A industrialização brasileira** Francisco Iglésias **A inquisição no Brasil** Anita Novinsky **A queda da república de Weimar e a ascensão de Hitler** Angela M. Almeida **A questão árabe** M. Yedda Linhares **A redemocratização brasileira: 1942-1948** Carlos Henrique Davidoff **A revolta da Chibata** Marcos A. da Silva **A revolta de 1817** Carlos G. Motta **A revolução de 1930** Ítalo Tronca **A revolução de 1935** P. Sergio Pinheiro **A revolução mexicana** Ana M. Martinez Correa **A revolução moçambicana** Daniel A. Reis F.º **A revolução russa** Théo Santiago **A II Guerra Mundial** Joel Silveira **A tragédia do negro nos EUA** Clóvis Moura **A unificação italiana e alemã** M. Florenzano **As internacionais operárias** M. Tragtenberg **As ligas camponesas e o movimento camponês no Nordeste** Áspasia Camargo **As lutas da independência no Brasil** Eni de Mesquita **As migrações no Brasil** Alcir Lenharo **As revoltas indígenas no Brasil** Laima Mesgravis **As revoluções da África contemporânea** D. Aarão Reis Filho **Colonialismo e racismo na África do Sul** Augusto Caccia Bava **Economia e sociedade na antiguidade clássica** B. Florenzano **Fome e tensões na sociedade colonial** Maria O. Leite **História da sociologia brasileira** Gabriel Cohn **História de Hollywood** Sheila Mezan **História do feminismo** B. Moreira Alves/J. Pitanguy **História do pensamento econômico no Brasil** J. Eli Veiga **O AI-5** Márcio M. Alves **O estado absolutista** Fernando Novais **O Estado Novo** Maria E. Bresciane **O fascismo** Arnaldo Contier **O governo João Goulart** Caio Navarro de Toledo **O ISEB** Vanilda Paiva **O macarthismo** Wladir Dupont **O modernismo** Alexandre Eulálio **O movimento operário no século XIX** Ulisses Guaraiba **O sistema escravista do novo mundo** Ciro F. Cardoso **O tráfico negreiro** J. Rufino dos Santos **Os caipiras de São¿Paulo** C. R. Brandão **Os movimentos de cultura popular no Brasil** C. R. Brandão **Os Palestinos** Helena Salem **Padre Cícero, o milagreiro** Carlos A. Dória **Poder e televisão** Antonio Alves Cury **Previdência Social no Brasil** Amélia Cohn **Revolução científica** José Aluysio Reis de Andrade **Revolução dos cravos** Mauro de Mello Leonel Jr.

conheça também a coleção primeiros passos

Saiba do que estão falando

ÚLTIMOS TÍTULOS LANÇADOS

O Que é:

RECESSÃO — Paulo Sandroni
RELIGIÃO — Rubem Alves
IGREJA — Paulo Evaristo, Cardeal Arns
REFORMA AGRÁRIA — José Eli Veiga
STALINISMO — José Paulo Netto
IMPERIALISMO — Afrânio Mendes Catani
CULTURA POPULAR — Antônio Augusto Arantes
FILOSOFIA — Caio Prado Jr.
MÉTODO PAULO FREIRE — Carlos R. Brandão
PSICOLOGIA SOCIAL — Silvia T. Maurer Lane
TROTSKISMO — José Roberto Campos
ISLAMISMO — Jamil Almansur Haddad
VIOLÊNCIA URBANA — Regis de Morais
POESIA MARGINAL — Glauco Mattoso
FEMINISMO — B. Moreira Alves/Jacqueline Pitanguy
ASTRONOMIA — Rodolpho Caniato
ARTE — Jorge Coli
COMISSÕES DE FÁBRICA
— Ricardo C. Antunes/A. Nogueira
GEOGRAFIA — Ruy Moreira
DIREITOS DA PESSOA — Dalmo de Abreu Dallari
FAMÍLIA — Danda Prado
PATRIMÔNIO HISTÓRICO — Carlos A. C. Lemos
PSIQUIATRIA ALTERNATIVA — Alan Indio Serrano
POLÍTICA — Wolfgang Leo Maar
SOCIOLOGIA — Carlos B. Martins
DIREITO INTERNACIONAL — J. Monserrat Filho
TEORIA — Otaviano Pereira
FOLCLORE — Carlos Rodrigues Brandão
EXISTENCIALISMO — João da Penha
DIREITO — Roberto Lira Filho

brasiliense